

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano IV n. 32 abril 2005



JEF virtual



Medalha Aliomar de Andrade Baleeiro



Apresentação do Sidjor

Novidades movimentam a Seção Judiciária da Bahia

Composição do TRF-1ª Região

(desde 30 de março de 2005)

1ª SEÇÃO

Desembargadores Federais
Mário César Ribeiro – Presidente
Jirair Aram Meguerian
Carlos Moreira Alves
Amílcar Machado
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Neuza Maria Alves da Silva

1ª TURMA

Desembargadores Federais
Antônio Sávio de Oliveira – Presidente
Amílcar Machado
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

2ª TURMA

Desembargadores Federais
Jirair Aram Meguerian – Presidente
Carlos Moreira Alves
Neuza Maria Alves da Silva

PLENÁRIO

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Tourinho Neto
Catão Alves
Jirair Aram Meguerian
Olindo Menezes
Luciano Tolentino Amaral
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
Carlos Moreira Alves
I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Carlos Olavo
Amílcar Machado
Antônio Ezequiel da Silva
Daniel Paes Ribeiro
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus
Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues
Maria do Carmo Cardoso
Leomar Barros Amorim de Sousa
Neuza Maria Alves da Silva

2ª SEÇÃO

Desembargadores Federais
Mário César Ribeiro – Presidente
Tourinho Neto
Olindo Menezes
Cândido Ribeiro
Hilton Queiroz
I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Carlos Olavo

3ª TURMA

Desembargadores Federais
Olindo Menezes – Presidente
Tourinho Neto
Cândido Ribeiro

4ª TURMA

Desembargadores Federais
Carlos Olavo – Presidente
Hilton Queiroz
I'talo Fioravanti Sabo Mendes

CORTE ESPECIAL

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Tourinho Neto
Catão Alves
Jirair Aram Meguerian
Carlos Fernando Mathias
Olindo Menezes
Luciano Tolentino Amaral
I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Carlos Olavo
Daniel Paes Ribeiro
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus
Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Maria do Carmo Cardoso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Desembargadores Federais

Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Jirair Aram Meguerian
Daniel Paes Ribeiro
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus

3ª SEÇÃO

Desembargadores Federais
Mário César Ribeiro – Presidente
Daniel Paes Ribeiro
João Batista Gomes Moreira
Antônio Souza Prudente
Selene Maria de Almeida
Sebastião Fagundes de Deus
Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

5ª TURMA

Desembargadores Federais
Selene Maria de Almeida – Presidente
João Batista Gomes Moreira
Sebastião Fagundes de Deus

6ª TURMA

Desembargadores Federais
Maria Isabel D. Gallotti – Presidente
Daniel Paes Ribeiro
Antônio Souza Prudente

4ª SEÇÃO

Desembargadores Federais
Mário César Ribeiro – Presidente
Catão Alves
Carlos Fernando Mathias
Luciano Tolentino Amaral
Antônio Ezequiel da Silva
Maria do Carmo Cardoso
Leomar Barros Amorim de Sousa

7ª TURMA

Desembargadores Federais
Luciano Tolentino Amaral – Presidente
Catão Alves
Antônio Ezequiel da Silva

8ª TURMA

Desembargadores Federais
Maria do Carmo Cardoso – Presidente
Carlos Fernando Mathias
Leomar Barros Amorim de Sousa



Aproximando a Justiça Federal do cidadão

Três novidades movimentaram a Justiça Federal da Bahia: a instalação dos JEFs virtuais, a apresentação do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística, que inclui a transmissão, via internet, dos julgamentos, da Rádio e da TV Destaque, além da instituição da medalha Ministro Aliomar Baleeiro, que teve como primeiro condecorado o Presidente Aloísio Palmeira Lima. As duas novidades tecnológicas facilitarão a vida da população baiana e o trabalho de juristas. Também constituem fator de aproximação da Justiça Federal com o cidadão.

Outro evento importante foi a instalação da Vara de Caxias no Maranhão, consequência do processo de interiorização da Justiça Federal, com o objetivo de levar cidadania às regiões mais longínquas do Brasil.

Dentro do processo de valorização dos servidores, foram empossados, como novo diretor-geral e diretora da Secretaria de Administração, servidores que fazem parte do quadro de pessoal do TRF-1ª Região. O Diretor-Geral concede entrevista à Destaque.

As Editoras
destaquemensal@trf1.gov.br

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assusete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel da Silva

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

Neuza Maria Alves da Silva

DIRETOR-GERAL

Washington Ribeiro da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etienne Gomes de Carvalho

(Fenaj 4165/014/003/DF)

EDITORES

Etienne Gomes e

Lucimar de Melo

(Fenaj 2561/13/18/DF)

REDATORES

Etienne Gomes, Ivani Morais,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Mara Lúcia

Bessa, Márcia Barroso, Marília

Maciel, Rafael Braga e Samantha

Salomão

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Gésner Braga – SJBA

Rita Miranda – SJBA

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, José Alexandre de

Souza, Juliana Corrêa, Larissa

Graciano, Raquel Meleiro e Thaís

Queirós

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves

Colaboração: estagiários Bárbara

Nogueira e José Alexandre de Souza

FOTOS

Bruno Almeida, Carlos Rodrigues,

Eduardo Queiroz (Secos/BA), Jasiel

Antônio Silva, Luiz Augusto Cals, Luiz

Carlos Xavier, Magnaldo Timo, Mauro

Putini, Saulo Cruz e Vandeneu Machado

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social –

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

TechnoArte Bureau e Fotolito Digital

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS – Quadra 02 – Bloco A –

Edifício-Sede – sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



8
Tribunal celebra mais um ano de instalação

11
Varas de JEFs: mais dois estados contemplados



9
Três anos de Juizados Especiais Federais

14
Inaugurada Vara em Caxias/MA

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar

O Presidente Aloísio Palmeira Lima foi condecorado no dia 1º de abril, no STM, com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Alta Distinção, em solenidade de comemoração dos 197 anos da Justiça Militar da União, presidida pelo Ministro-Presidente daquele Tribunal, General-de-Exército Expedito Hermes Rego Miranda.

Também foram agraciados, entre outras autoridades, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, o Presidente do TST, Vantuil Abdala, o Ministro Eros Grau, do STF, o Subprocurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel, e o Arcebispo de Brasília, Dom Lorenzo.

Em entrevista à Destaque, o Presidente Aloísio afirmou que se sente “muito honrado com a comenda”, lembrando ser a Justiça Militar a primeira instituição do Poder Judiciário a ser instalada no Brasil. Segundo ele, “a Justiça Militar sempre teve papel importante nas várias fases da História do Brasil”. Ele foi admitido pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar na sessão de 26 de novembro de 2004, no grau Alta Distinção do Quadro Especial.

Estiveram no evento desembargadores federais, o Arcebispo Militar de Brasília, Dom Luciano Ávila, o Secretário-Geral do Tribunal, Paulo Cardoso, e autoridades dos três poderes, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Instituída em 12 de junho de 1957 pelo STM, a comenda destina-se a agraciar personalidades e autoridades civis e militares, brasileiras e estrangeiras, que tenham prestado reconhecidos serviços à Justiça Militar.



Visita ao prédio do JEF em Salvador



O Presidente Aloísio Palmeira e a Diretora do Foro da SJBA, Mônica Aguiar

O Presidente Aloísio Palmeira, acompanhado da Diretora do Foro da SJBA, Mônica Aguiar, visitou no dia 19 de abril, as obras do prédio dos Juizados Especiais Federais no Centro Administrativo de Salvador. A instalação do novo edifício, que terá seis pavimentos (dois subsolos, térreo, sobreloja e mais dois andares), está prevista para dezembro deste ano. Segundo o Presidente do Tribunal, o prédio irá centralizar os serviços dos juizados em Salvador, que hoje estão dispersos, parte em prédio do Dnocs, parte no Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ) e parte na Justiça Federal. “Por estar localizado próximo à Avenida Paralela, uma das mais importantes da capital, certamente facilitará o acesso da população de baixa renda aos JEFs”, lembrou. Ao final da visita, a Diretora do Foro da SJBA fez questão de ressaltar: “É muito importante a visão do Presidente Aloísio Palmeira de construir um prédio específico para funcionamento dos Juizados Especiais Federais.”

Diretoria-Geral e Secretaria de Administração têm novos diretores



Presidente Aloísio Palmeira ao lado dos empossados

No dia 31 de março, o servidor da Seção Judiciária do DF (SJDJF), Washington Luiz Ribeiro da Silva, foi empossado como Diretor-Geral da Secretaria do TRF-1ª Região (Diges) pelo Presidente Aloísio Palmeira. A solenidade foi realizada na sala de sessões n. 3, que ficou lotada de servidores, amigos e familiares que vieram prestigiar o novo Diretor-Geral. Também compareceram desembargadores federais da Casa, juízes federais, dirigentes do Tribunal e autoridades do Judiciário. Na ocasião também foi empossada a servidora da SJDJF Maria Cristina Turnes, no cargo de Diretora da Secretaria de Administração (Secad).

Em breve discurso, Washington Luiz lembrou sua trajetória pela Justiça Federal (veja perfil) e afirmou sobre o momento atual: “é o coroamento da carreira e do conhecimento o qual tenho o dever e a obrigação de converter, tanto quanto possível, em benefício da nossa comunidade”. Afirmou também que sua gestão à frente da Diretoria-Geral do Tribunal será baseada no trabalho em equipe e ressaltou que, para vencer os desafios que se apresentam, é preciso lembrar “a necessária qualidade de vida, pilar da qualidade do fazer, da qualidade do tratamento interpessoal, qualidade da família, enfim, da qualidade do trabalho realizado”, destacou. O novo Diretor-Geral finalizou pedindo as bênçãos de Deus, a compreensão da família e o apoio dos presentes.

O Presidente Aloísio Palmeira afirmou que a responsabilidade de administrar o Tribunal cresceu muito com a instalação de novas varas da Justiça Federal e com a implementação dos juizados virtuais e itinerantes. O presidente destacou que “a tarefa é gigantesca e exige do administrador o máximo de dedicação à causa pública”.

O Presidente Aloísio Palmeira afirmou que a responsabilidade de administrar o Tribunal cresceu muito com a instalação de novas varas da Justiça Federal e com a implementação dos juizados virtuais e itinerantes. O presidente destacou que “a tarefa é gigantesca e exige do administrador o máximo de dedicação à causa pública”.

**Bacharel em Administração de Empresas, Washington Luiz Ribeiro da Silva ingressou na Justiça Federal em 1991, quando tomou posse na Seção Judiciária do Amazonas. Exerceu naquela seccional as funções de Supervisor da Área Financeira, de Controle Interno e Modernização Administrativa, de Presidente da Comissão de Licitações e de Diretor substituto da Secad/Nucaf. Na Seção Judiciária do DF, foi Diretor de Recursos Humanos e da Secretaria Administrativa. Atuou no TRF-1ª Região, de dezembro de 2003 a agosto de 2004, como Diretor da Secad. Foi Secretário de Administração e Finanças do Superior Tribunal de Justiça, cargo que vinha exercendo desde agosto de 2004 até o retorno ao Tribunal.*



**Bacharela em Direito, pelo UniCeub, e em Enfermagem e Obstetrícia, pela UnB, Maria Cristina Turnes ingressou no quadro permanente de pessoal da Justiça Federal em julho de 1985, tendo atuado na Seção Judiciária do DF. Em 1987 a 1992, exerceu o cargo de Supervisora na seção financeira da SJDJF, quando assumiu o Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial, onde permaneceu até a posse no TRF.*

O que pensa o novo diretor-geral do TRF



Washington Luiz Ribeiro da Silva, Diretor-Geral da Secretaria do TRF-1ª Região

Servidor da Seção Judiciária do DF, Washington Ribeiro, foi empossado no cargo de Diretor-Geral deste Tribunal, em solenidade realizada no dia 31 de março. Washington é bacharel em Administração de Empresas e possui vasta experiência na área administrativa à frente de diversos órgãos do Poder Judiciário, tendo ocupado cargos como o de Diretor da Secretaria de Administração (Secad) desta Corte, no período de 03 de dezembro de 2003 a 08 de agosto de 2004, o de Secretário de Administração e Finanças do Superior Tribunal de Justiça e o de Diretor da Secretaria Administrativa da SJDF.

Em entrevista à Destaque, o novo Diretor-Geral fala sobre os desafios que terá de vencer estando à frente da Diretoria-Geral, entre eles, a implantação de 34 novas varas federais. “Mesmo com o sacrifício de nosso pesado cotidiano, é uma meta de muitos, e o Brasil conta com seu cumprimento”, resume. Ele comenta, ainda, sobre o projeto de reestruturação da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias da 1ª Região e fala da importância do trabalho em equipe, essencial para o sucesso de uma administração. Confira abaixo a íntegra da entrevista.

Em seu discurso de posse, o senhor afirmou “Não existe eficiência sem eficácia. Temos de fazer, fazer bem feito e fazer rápido”. Como esta frase se encaixa na realidade do TRF da 1ª Região?

Trata-se dos conceitos de eficiência e eficácia da moderna teoria de administração de empresas.

Ela se encaixa na realidade do TRF da 1ª Região, se considerarmos que temos apenas nove meses para o final do presente exercício e apenas 12 meses para o encerramento da administração do Exmo. Presidente Aloísio Palmeira.

O senhor credita o resultado de grandes trabalhos ao espírito de equipe. O que o senhor espera, en-

tão, dos Diretores do Tribunal para conseguir concretizar seus objetivos à frente da Diretoria-Geral desta Corte?

Que eles sejam objetivos em suas áreas de competência, sem perderem de vista os conceitos de qualidade.

O senhor assumiu a Diretoria-Geral do TRF com a missão de instalar, até o final do ano, 34 varas federais no interior da 1ª Região. Como o senhor pretende atingir essa meta, parte dos propósitos da Administração Aloísio Palmeira?

Temos aí um enorme desafio pela frente e, para atingirmos essa meta, devemos todos, o Presidente do Tribunal, a comissão presidida pelo Exmo. Desembargador

Antônio Ezequiel, os diretores de foro, os juizes federais envolvidos e cada servidor destacado para essa missão, assumir a meta com a consciência de que seu alcance é muito importante para a sociedade. Mesmo com o sacrifício de nosso pesado cotidiano, é uma meta de muitos, e o Brasil conta com seu cumprimento.

O corte no orçamento do Poder Judiciário certamente prejudicará a execução de algumas de suas metas. Como o senhor pretende driblar o problema?

Esse é um problema cuja solução passa pela competência do Conselho da Justiça Federal, e, para solucioná-lo, teremos de eleger prioridades. Tivemos, no dia 12 de abril, uma reunião entre o secretário-

geral do CJF e os cinco diretores-gerais dos tribunais regionais. Na ocasião, defendi o menor valor possível do contingenciamento imposto pelo Poder Executivo, de modo a minimizar o impacto nas ações prioritárias da Primeira Região.

Em seu currículo, além de importantes experiências à frente da administração de órgãos do Poder Judiciário, o senhor traz também práticas na área administrativa de empresas privadas. O senhor considera que a administração no serviço público ainda está muito distante da realidade de organizações privadas? Por quê?

Eu não diria que a administração no serviço público está muito distante da realidade do mercado privado. São situações muito diferentes. No serviço público aplicamos o dinheiro da sociedade brasileira sob intensa legislação, com destaque para o estatuto das licitações e a lei de responsabilidade fiscal, que nos obriga a sempre buscar as melhores maneiras de aplicação dos recursos.

O serviço público vem se aprimorando e buscando nas modernas técnicas de administração o aperfeiçoamento, mas, é claro, temos um longo caminho a percorrer até que esteja dentro dos parâmetros da iniciativa privada.

Quando o senhor trabalhou como Secretário da Administração do Tribunal, durante a gestão Catão Alves, foi realizado o I Encontro Nacional de Dirigentes do TRF da 1ª Região, com a participação de servidores e magistrados do Tribunal e das Seções Judiciárias. O senhor pretende realizar durante a atual administração a segunda edição desse evento, que foi tão elogiado pelos participantes?

Esse é um assunto da competência do Exmo. Desembargador Carlos Fernando Mathias, Presidente da Esmaf, e, se o evento for elencado como prioritário, a Diretoria-Geral se esforçará para obter o sucesso alcançado em sua primeira versão.

Muitos dirigentes têm reclamado da falta de servidores no âmbito do Tribunal. Para contornar a situação, uma comissão, instituída pelo Presidente Aloísio Palmeira e presidida pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, elaborou um projeto de reestruturação da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias da 1ª Região para ser entregue ao Conselho da Justiça Federal e, posteriormente, encaminhado pelo STJ ao Congresso Nacional. Como o senhor analisa a iniciativa?

Essa é uma iniciativa de extrema importância, pois as estruturas organizacionais, tanto na primeira como na segunda instância, encontram-se muito prejudicadas pelo agigantamento da Primeira Região nos últimos anos, com

“O serviço público vem se aprimorando e buscando nas modernas técnicas de administração o aperfeiçoamento...”

destaque para a criação e o funcionamento dos Juizados Especiais Federais e, mais recentemente, com a autorização para instalação de 59 novas varas na Primeira Região, sem o aumento da já defasada estrutura administrativa. A iniciativa tem todo o apoio da Diretoria-Geral, mas seu implemento dependerá de uma forte mobilização dentro do Congresso Nacional após o envio da proposta para discussão naquela casa.

Há uma proposta do CJF de se aumentar o número de magistrados no âmbito dos TRFs. O senhor acha que a prestação jurisdicional melhorará mesmo se não houver, simultaneamente, um aumento considerável no

número de servidores para trabalhar na área meio desses Tribunais?

Essa é uma questão semelhante à da pergunta anterior. Se não ajustarmos os quadros administrativos, teremos uma sensível piora na qualidade dos serviços oferecidos e poderemos assistir a um colapso da prestação jurisdicional, em decorrência da desmotivação e do cansaço que certamente recairá sobre todos se não se atentar para a necessidade de aumento proporcional do quadro de servidores ao crescimento da Justiça Federal, alinhado ao crescimento do quadro de desembargadores.

Ao trabalhar na Administração das Seções Judiciárias do Amazonas e do DF e, também, do STJ, o senhor conviveu de perto com duas realidades bastante diferenciadas. O que o senhor vai aproveitar dessas experiências e aplicar durante sua administração?

Vou aproveitar toda a experiência advinda da vivência dessas diferenças, pois acredito que devemos usar ao máximo, no dia-a-dia, os modelos bem-sucedidos. A aplicação dessas experiências nos leva sempre à economia de tempo e de recursos, dois fatores que devem ser considerados em uma administração de sucesso.

Em sua opinião, qual a maior dificuldade encontrada para administrar a 1ª Região? E a facilidade maior?

A maior dificuldade, eu diria, é sua extensão territorial, que nos submete a tantas diferenças regionais; e a maior facilidade é que, para administrar essas desigualdades, também contamos com pessoas oriundas dessas diversidades.

Em resumo, quais são suas principais metas? Como pretende concretizá-las?

O Diretor-Geral não tem metas, segue as determinações do Presidente do Tribunal; e tudo farei para cumpri-las, utilizando ao máximo o poder do trabalho em equipe, que tanto valorizo.



Tribunal celebra mais um ano de instalação

O TRF-1ª Região comemorou, no dia 30 de março, 16 anos de instalação, em cerimônia realizada no Plenário e muito prestigiada por diversas autoridades do Poder Judiciário.

O Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira fez a abertura da solenidade e, em seguida, o Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira, em nome do TRF, fez, em discurso, uma retrospectiva da história da Justiça Federal no Brasil. O magistrado lembrou, ainda, a posse de cada um de seus pares, inclusive dos desembargadores federais já aposentados, e destacou a relevância dos projetos implantados pelo Tribunal para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, entre eles, as Turmas Suplementares, os Juizados Especiais Federais, a Turma Regional de Uniformização e a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf).

Discursaram, também, a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Denise Vinci Túlio, e a Presidente da OAB, seção do DF, Stefânia Viveiros.

Ao final da sessão solene, o Presidente aproveitou para fazer uma avaliação dos 16 anos do TRF: “Hoje, nosso Tribunal pode apresentar um acervo apreciável de trabalho em benefício da sociedade brasileira. Não só o Tribunal, mas todas as Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região”.

O Desembargador Federal Antônio Sávio ressaltou a importância dos esforços dos magistrados e servidores para o bom funcionamento da instituição. “O TRF não é um órgão que depende apenas de uma pessoa. É um trabalho conjunto, e o que vemos hoje é que cada desembargador federal, juiz e servidor está empenhado em melhorar a qualidade das decisões”, disse o magistrado.



O Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira discursa em nome do Tribunal

Compareceram à comemoração o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Desembargador José Jeronimo Bezerra de Souza, ministros dos tribunais superiores, Subprocuradores-Gerais da República, membros do Ministério Público, entre eles, a Procuradora Regional da União da 1ª Região, Hélia Bettero, as Diretoras do Foro das seccionais do Distrito Federal e do Maranhão, respectivamente, Isa Tânia Cantão e Clemência Maria Almada Lima, juizes federais, membros da Advocacia-Geral da União, da Fazenda Nacional e da Receita Federal.

Ao término da celebração, o Banco do Brasil ofereceu um coquetel a todos.

Alguns fatos que fazem parte da história do Tribunal

- A escolha da letra e da música que constituem o Hino do TRF-1ª Região foi realizada mediante concurso de âmbito nacional e aprovada em sessão do dia 07 de fevereiro de 2002. São autores Lílían Jacoto e Sérgio Molina.
- O símbolo da Corte foi instituído pela Portaria 917/2002.
- Os Juizados Especiais Federais foram criados pela Lei 10.259, de 12/07/2001, com o intuito de oferecer prestação ágil e eficaz aos cidadãos.
- O Colar e a Medalha do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” foram criados pela Resolução 23 de 17/12/1990, como forma de reconhecimento àqueles que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica.
- Em 2002, foi instituído o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) no Tribunal pela Resolução Pro-Social/n.2, de 07/12/2000.
- A Escola de Magistratura Federal (Esmaf) da Primeira Região, que tem por finalidade a preparação, formação, o treinamento e aperfeiçoamento dos magistrados federais que atuam nessa área de jurisdição, foi instituída pela Resolução n. 12 de 03/07/2000, com sede na cidade de Brasília/DF.



Para saber mais sobre a história do Tribunal, visite o Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares, que fica localizado na entrada do Edifício-Sede.

Três anos de Juizados Especiais Federais



Juizados Especiais Federais
A Justiça de todos

“Graças a Deus, estou muito feliz. Choveu na minha roça!”. Essas palavras são do idoso, agora aposentado, Antônio Fabião, após ter benefício garantido – aposentadoria de um salário-mínimo – na visita que o Juizado Especial Federal itinerante fez ao lar de idosos Maria Madalena, em Brasília, no dia 26 de fevereiro de 2005. O objetivo do posto de atendimento foi facilitar a liberação de benefícios sociais a 25 idosos que não possuem renda própria ou algum tipo de assistência.

Casos como o de Antônio, que, mesmo idoso, não possuía aposentadoria, inspiraram o Judiciário federal brasileiro a criar os Juizados Especiais Federais em março de 2002. Com os JEFs, deu-se maior oportunidade ao cidadão, que agora pode reclamar a garantia de seus direitos perante o poder público federal. Há agora, nas 14 unidades federativas sob a jurisdição da 1ª Região, 19 varas autônomas, 12 varas adjuntas em juizados criminais, uma adjunta e três autônomas com serviços destacados em juizados cíveis, oito varas autônomas e uma adjunta em juizados mistos. Segundo a Coordenadoria dos JEFs (Cojef), de março de 2002 a fevereiro de 2005, foram julgados 326.970 processos, não estando incluso neste quantitativo o número de feitos dos juizados virtuais. O primeiro Juizado Especial Federal da 1ª Região foi instalado na Seção Judiciária da Bahia, em 26 de março de 2002. No fim daquele ano, o número de processos distribuídos na Primeira Região era de 76.625.

Em 2003, a prestação aos jurisdicionados por parte da Justiça Federal aumentou. Foi criada lei (10.772) que autorizou a implantação de 59 varas federais na Primeira Região, sendo 17 delas

destinadas aos juizados especiais.

Nos dias 17 e 18 de agosto aconteceu, na cidade de Castanhal (PA), o primeiro trabalho dos Juizados Especiais Federais itinerantes. O atendimento foi realizado na Secretaria de Transporte e Trânsito da cidade, onde foram ajuizadas 43 ações. Foi o início do trabalho que tem levado magistrados e servidores a lugares de difícil acesso à Justiça, percorrendo, até fevereiro de 2004, 12 estados da 1ª Região e visitando 96 cidades e 24 comunidades. Nesse período, o número de pessoas atendidas nos itinerantes foi de 79.785, segundo a Coordenação dos JEFs (Cojef). Exemplos que sintetizam a proposta de ampliar a prestação jurisdicional são a aquisição, em setembro de 2003, de duas carretas, que tiveram a estrutura modifi-

“Graças a Deus, estou muito feliz. Choveu na minha roça!”

cada para serem capazes de acolher a realização de audiências, e o projeto que colocou a Justiça sobre as águas, o JEF fluvial, ocorrido pela primeira vez em maio de 2003. Por meio de convênio firmado entre o TRF-1ª Região e o estado do Amazonas, o JEF fluvial atendeu a população ribeirinha do Rio Amazonas num barco que recebeu o nome “Tribuna”. A trabalhadora agrícola Maria da Silva foi a primeira a ser atendida a bordo. No mesmo ano, entrava em tramitação o primeiro processo eletrônico no âmbito dos JEFs. O Juizado Virtual é o sistema que elimina o processo físico, o que agiliza a tramitação processual. As partes têm acesso aos de-

talhes da tramitação pela Internet, caso tenham computador.

Cumprindo-se o que estabelece a lei 10.772, de 2003, as 17 varas autônomas de JEF foram instaladas em 2004, e, até abril de 2005, os estados de Goiás e



Antônio Fabião, beneficiado pelo JEF

Tocantins e o Distrito Federal receberam, no total, quatro varas autônomas. O JEF Virtual foi instalado no Distrito Federal e em nove estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.



Novo Diretor-Geral reúne-se com secretariado

Uma das primeiras ações de Washington Ribeiro, após sua posse na Diretoria-Geral da Casa, foi realizar uma reunião com diretores de secretaria do Tribunal para falar sobre o trabalho de sua administração. A reunião aconteceu na manhã de 1º de abril, um dia após sua posse, e contou, também, com a participação dos dirigentes da Ascom, da Asrep, da Corej e da Assessoria Parlamentar.

O novo Diretor-Geral afirmou que sua gestão terá um estilo aberto, alegre e será baseada em muito respeito e consideração. Apresentou alguns desafios que terão de ser enfrentados até o final deste ano, como a implantação das varas no interior e a gestão do orçamento da 1ª Região, que sofreu cortes. Na oportunidade, Washington Ribeiro apresentou aos presentes a nova Diretora da Secretaria de Administração (Secad) do Tribunal, Cristina Turnes, lembrando a larga experiência da servidora à frente da área administra-

tiva da Seção Judiciária do Distrito Federal, e, em seguida, pediu a colaboração e compreensão dos dirigentes de todas as áreas



Diretor-Geral reúne secretários, diretores e chefes de assessoria

para enfrentar as dificuldades e, assim, poder cumprir em tempo hábil as metas da atual Administração.

Para estreitar relacionamento com as áreas administrativas do órgão, com os

magistrados e com os servidores, Washington Ribeiro informou estar organizando alguns ajustes na estrutura da Diretoria-Geral. “Quero melhorar o atendimento ao público. Isso é fundamental para uma boa administração. Todos gostam de ser bem tratados”, afirmou.

Para tornar mais ágil e objetivo o cumprimento das ações, o Diretor-Geral informou que os Diretores de Secretaria não precisarão agendar hora para serem recebidos.

Ao final de sua primeira reunião com o secretariado, afirmou que, como servidor, irá apoiar, sempre que possível, as reivindicações da categoria, trabalhando com objetividade e transparência. Em seguida, encerrou lembrando as seguintes pala-

avras de seu discurso de posse: “São enormes os desafios e, para vencê-los, não poderemos esquecer, ainda que por um minuto, a necessária qualidade de vida, pilar da qualidade do fazer”.

Encontro discute novo modelo para Esmafs

Nos dias 14 e 15 de março, aconteceu, na Esmaf, o II Encontro Nacional de Escolas de Magistratura Federal. O encontro teve como principal objetivo discutir um novo modelo para essas escolas, transformando-as em centros de formação e aperfeiçoamento de magistrados, inclusive para fins de promoção na carreira e de titularização, atendendo-se, assim, ao texto da Emenda Constitucional nº 45, que trata da Reforma do Judiciário.

O evento reuniu os cinco diretores das escolas de magistratura, entre eles, o Diretor da Esmaf na Primeira Região, Desembargador Federal Carlos Mathias, e contou com a presença da Ministra do STJ Eliana Calmon, do Presidente da Ajufe, Jorge Antônio Maurique,



Autoridades durante a abertura do evento

do Vice-Reitor Acadêmico da Unilegis – Universidade do Legislativo Brasileiro –, do Professor Heitor Gurgulino de Souza, Darci Closs, atuando em auxílio no STJ junto da comissão criada para a formação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), além do Embaixador Fernando Guimarães Reis e do General-de-Exército Ivan de Mendonça, representantes do Instituto Rio Branco e do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, respectivamente.

O Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, participou da solenidade de abertura dos trabalhos, considerando-os importante troca de experiências entre as instituições participantes, e lembrou aos presentes que “as escolas de magistratura devem buscar não apenas a excelência da preparação técnica dos magistrados, mas o aperfeiçoamento da visão humanista voltada para o bem comum e da sociedade”, afirmou.

Para o Desembargador Federal Carlos Mathias, o evento significou uma reflexão “já que a emenda da reforma judiciária atribui às escolas um papel ainda mais amplo. Além de tudo que as Esmafs já vêm fazendo, farão também a formação. Estamos aqui para refletir sobre este novo passo”, considerou. O evento foi promovido em parceria com a Ajufe e com o CJF.

Varas de juizados federais: mais dois estados contemplados



As novas varas no DF

O Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, e o Coordenador-Geral dos JEFs da Primeira Região, Ítalo Mendes, participaram, no último dia 02 de março, da solenidade de instalação da 25ª e da 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, ambas exclusivas para julgamento das ações de pequeno valor. A solenidade aconteceu em Brasília, na sede dos Juizados Federais, e contou com a presença do Senador Edson Lobão, do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Rogério Schietti Machado Cruz, da Presidente da OAB/DF, Estefânia Viveiros, da Coordenadora dos JEF/DF, Daniela Zarzar, da Diretora do Foro Isa Tânia Cantão, além de juizes federais e de outras autoridades jurídicas.

Durante a solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira destacou que as novas varas “vão agilizar o atendimento das demandas da população de Brasília que procura o juizado para resolver seus conflitos”.



Autoridades presentes à solenidade de instalação das Varas do DF

Mais uma vara federal para Goiás

No dia 11 de março foi a vez de o Estado de Goiás ganhar mais uma vara federal especializada em JEFs. Com a instalação da 14ª Vara Federal, o estado passou a contar com duas varas especializadas e mais uma que já vinha funcionando como serviço destacado na Universidade Católica de Goiás.

A solenidade de instalação contou com a participação do Presidente Aloísio Palmeira Lima e do Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Ítalo Mendes. Para o Presidente Aloísio, a instalação de uma vara federal tem importância fundamental, “não só pela função social, mas também pelos reflexos positivos nas economias locais de pequenos municípios e os benefícios concedidos aos milhões de pessoas que buscam os Juizados”, afirmou.

A solenidade aconteceu no auditório da seccional goiana, na presença de diversas autoridades, entre as quais, o Diretor do Foro, Juiz Federal Abel Cardoso Moraes, o Coordenador dos JEFs locais, Leandro Saon da Conceição Bianco, o Deputado Federal Vilmar Rocha, os Desembargadores Federais João Batista Gomes Moreira e João Vieira Fagundes e o Juiz Federal em auxílio à Presidência do TRF, Marcos Augusto de Sousa.

Além da instalação de mais uma vara federal, uma nova fase de trabalhos dos Juizados itinerantes ocorrerá em Goiás. A equipe dos JEFs pretende levar a Justiça Federal ao interior do estado, iniciando pelo município de Mineiros, localizado a cerca de 420 quilômetros de Goiânia. Dentro do processo de interiorização da Justiça Federal está prevista para o Estado de Goiás a instalação de novas varas federais nos municípios de Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiás e Luziânia.



Presidente Aloísio Plameira e o Diretor do Foro Abel Cardoso Moraes descerram a placa de instalação



Autoridades que compuseram a mesa

Visitas ao Presidente

Em 02 de março, o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), José Jeronymo de Souza, esteve no Gabinete da Presidência para tratar de cessão de espaço físico para o TJDF, devido à interdição do prédio daquele Tribunal.

O movimento migratório de índios para a cidade de Manaus (AM) foi o tema da reunião do Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, com o Presidente Aloísio Palmeira, ocorrida no dia 09 de março, no TRF-1ª Região.

Autoridades de vários municípios pertencentes aos estados da 1ª Região visitaram o Tribunal no mês de março. Diversos vice-prefeitos e representantes dos estados de Goiás e Mato Grosso, além dos Deputados Federais Coriolano Sales e Edson Duarte, que representaram os municípios baianos de Vitória da Conquista e Juazeiro, trataram da cessão de prédios, nas respectivas cidades, em condições de abrigar a Justiça Federal. O mesmo assunto foi tratado pela Prefeita de Altamira (PA), Odileida Maria, na visita realizada à Presidência em 09 de março.

Já a Prefeita de Teófilo Otoni/MG, Maria José Hauelsen Freire, e o Prefeito de Araxá (MG), Antônio Leonardo Ramos, vieram ao Tribunal para pleitear a criação de vara federal em seus municípios, uma vez que não foram contemplados pela Lei nº 10.772/2003.

Várias autoridades de Uberlândia, entre elas o Prefeito Odelmo Leão, reuniram-se na Presidência, no dia 15 de março, para discutir a implantação das novas varas federais no município e as dificuldades enfrentadas pela Subseção Judiciária daquela cidade.



O Presidente ao lado do Desembargador José Jeronymo, Presidente do TJDF



O Presidente da Funai explica ao Presidente o movimento migratório dos índios para a cidade de Manaus (AM)



Cessão provisória de prédios para abrigar novas varas GO e MT é tema de reunião



Presidente Aloísio Palmeira reúne-se com autoridades do Pará



Autoridades de Teófilo Otoni (MG) reúnem-se com o Presidente Aloísio Palmeira e com a Assessora Parlamentar do TRF, Helga Jucá.



Representantes de Araxá (MG) pleiteiam criação de vara federal no município



Presidente recebe autoridades mineiras



Deputados Federais Coriolano Sales e Edson Duarte em visita ao Presidente

Visita de estudantes do Uniceub

Cerca de 50 alunos do curso de Direito do UniCeub, acompanhados da professora Irema de Souza Vieira, visitaram o TRF-1ª Região. Os estudantes assistiram a uma sessão de julgamento no Plenário e, logo após, foram recebidos no Salão Nobre pelo Secretário-Geral Paulo Cardoso. Depois, participaram da palestra “Rotina de trabalho de um gabinete”, proferida pelo chefe de gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes, Marcílio Sampaio.

Na visita, ocorrida em 14 de março, os estudantes conheceram, ainda, a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) e o estúdio de rádio e TV do Tribunal.



Estudantes de Direito do Uniceub visitam o estúdio de TV do Tribunal

Desembargadora Federal Neuza Maria Alves recebe homenagens

Troféu Março Mulher 2005 em Brasília

A Desembargadora Federal Neuza Maria Alves recebeu o Troféu Março Mulher 2005 no dia 16, no Espaço Cultural da Anatel. Minutos antes, a magistrada ministrou a palestra “Credibilidade e Sucesso: Conquista e Manutenção”, juntamente com a Psicóloga Íria Martins, Vice-Presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil BPW – Brasil.

A magistrada falou de sua experiência de vida pessoal e profissional desde o ingresso na magistratura, na capital baiana, até o trabalho que desenvolve hoje no Tribunal. Prestigiaram a palestrante o Desembargador Federal Antônio Ezequiel e sua esposa, Maria Lúcia Silva, a Secretária Adjunta de Educação do DF, Professora Marisa Oliveira, a coordenadora do evento e do Espaço Cultural da Anatel, Nilza Itajahy, além de assessores, dirigentes e servidores do órgão e do Tribunal.



Desembargadora Federal Neuza Maria Alves recebe Troféu Março Mulher

Homenagem à Desembargadora Federal em Salvador é marcada pela emoção

Emoção foi a tônica da homenagem prestada à Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, no dia 18 de março, na sede da Seção Judiciária da Bahia, em Salvador. O evento manteve seu brilho até o final, com o auditório lotado, sempre prevalecendo um ambiente de confraternização e descontração.

Os ex-integrantes do Coral da Justiça Federal, sob a batuta do maestro Ângelo Rafael, executaram quatro músicas em apresentação impecável. Comovida, a homenageada fez questão de abraçar cada um dos participantes. A qualidade das apresentações manteve-se durante a exibição do vídeo produzido pelos servidores Luiz Goulart e Horácio Neto, que surpreenderam pela excelência e profissionalismo do trabalho realizado com o apoio da Caixa Econômica Federal, da Associação dos Servidores da Justiça Federal na Bahia e da Direção do Foro da Seccional.

Aos eventos especiais, seguiram-se os discursos, sempre pontuados por inspiração e poesia. O primeiro a subir ao púlpito foi o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, que destacou sua admiração pela homenageada lembrando uma canção de Vinícius de Moraes e Tom Jobim: “Se todos fossem iguais a você, que maravilha viver”.

A Juíza Federal da 8ª Vara, Nilza Reis, discursando em nome dos magistrados, afirmou que a homenageada traduz o significado da palavra amizade, enquanto pessoa “que não faz questão de si mesma e se doa

em empréstimo para os outros”. Também agradeceu à magistrada Neuza por haver alcançado uma inegável e extraordinária dimensão de ser humano.



A Desembargadora recebe placa da Diretora do Foro Juíza Federal Mônica Aguiar da SJBA

Os antigos colegas do curso de Direito da Universidade Federal da Bahia foram representados pelo Procurador do Município do Salvador, Renato Simões, que, visivelmente emocionado, interrompeu sua fala para conter as lágrimas algumas vezes, sendo amparado pela própria magistrada Neuza Maria.

O Gerente Regional do Departamento Jurídico da Caixa Econômica Federal, Paulo Ritt, escolheu a palavra “amor” para definir a magistrada em sua relação com o trabalho, com os amigos e com a vida. Ao final,

ofereceu à homenageada cópia do vídeo exibido no início da solenidade.

Tal qual o Desembargador Federal e amigo Antônio Ezequiel, a Diretora da Secretaria da 11ª Vara, Iolanda Souza, representando os servidores da Seccional, parodiou a música “O que é o que é”, de Gonzaguinha, para fazer sua homenagem. “O criador, ao criá-la, soprou muito forte, pois sua vida é um sopro do criador numa atitude repleta de muito amor”, afirmou.

A Juíza Federal Diretora do Foro, Mônica Aguiar, presidiu a solenidade e afirmou ser um privilégio homenagear a magistrada. Destacou o fato de uma baiana ser guindada ao cargo de Desembargadora Federal pelo critério de merecimento, pela primeira vez na história do TRF da 1ª Região. “Nossa alegria é saber que você, Neuza, chegou aonde chegou pelo critério da competência, da lealdade, da lisura, da firmeza com bondade, da dedicação exclusiva à causa da justiça”, declarou.

No último discurso da noite, a homenageada apresentou um relato de sua trajetória pessoal, desde a infância até a chegada ao TRF da 1ª Região, agradecendo, nominalmente, às pessoas que marcaram sua vida, na família, entre amigos, no colégio, na universidade e por todos os lugares onde atuou profissionalmente. Finalizou suas palavras destacando o legado que deixa: “um nome honrado, uma legião de amigos e a certeza de que o impossível é uma questão de tempo”.

Doze estados da Primeira Região têm virtualização de processos nos JEFs

Os JEFs virtuais chegaram a mais quatro estados da Primeira Região, nos meses de março e abril: Amazonas, Pará, Maranhão e Bahia (vide sobre Bahia na página 21). Com estes, tem-se o número de doze juizados da Região que receberam o sistema, incluindo os do Distrito Federal, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Piauí e Tocantins.

O Tribunal vem criando alternativas para dar mais rapidez aos julgados, proporcionando ao cidadão que busca a garantia de seus direitos melhor atendimento. Um dos meios encontrados para isso foram os Juizados Especiais Federais, que completaram três anos

de funcionamento no mês de março (vide nota na pág.09).

A procura pelos JEFs tem sido tanta, que chegou o momento de dar mais celeridade, ainda, a seus procedimentos. A virtualização de processos foi uma das soluções. Elimina a burocracia, porque todos os atos do processo são feitos de maneira eletrônica: atermiação, citação, sentença.

Solenidades de implantação – O Presidente Aloísio Palmeira Lima e o Coordenador dos Juizados na Primeira Região, I'talo Mendes, estiveram nas solenidades de implantação dos JEFs Virtuais nos quatro estados. Os eventos foram marcados pela pre-

sença de diversas autoridades; entre elas, juízes federais, membros dos três poderes, do Ministério Público, militares e servidores locais.

Os trabalhos da mesa diretora foram conduzidos pelo Presidente Aloísio Palmeira, que também realizou a distribuição do primeiro processo virtual e fez a assinatura digital na primeira ata de distribuição – seguido por toda a mesa – após apresentação do novo sistema pela equipe da Divisão de Análise de Sistemas/Disis/Secin. Em seguida, os servidores que participaram dos Juizados itinerantes realizados em cada um dos estados, receberam o certificado de participação.



Presidente Aloísio Palmeira distribui o primeiro processo virtual no Amazonas.

Amazonas

(tramitam nos JEFs 13.500 processos)

A solenidade aconteceu no dia 18 de março, na sede da Seção Judiciária em Manaus. A mesa diretora foi composta por eles e pelo Presidente do TJAM, Desembargador João de Jesus Simões, pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado, Carlos Henrique Dumont Silva, pelo representante do Governador, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Carlos Lélío Ferreira, pelo representante do Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Deputado Estadual Vicente Lopes, e pelo representante da OAB/AM, Ilnah Monteiro de Castro.

Mais espaço para JEF – Antes da solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira, o Coordenador dos JEFs na Primeira Região, I'talo Mendes, a Diretora do Foro da Seccional, Maria Lúcia Gomes de Souza, e a coordenadora do JEF no Amazonas, Regina Maria de Souza Torres, visitaram o espaço do estacionamento da SJ/AM para avaliação do local com vistas ao aproveitamento pelos Juizados Especiais Federais.

Pará

(Tramitam cerca de 43.000 processos nos JEFs)

Em Belém, a instalação do Virtual aconteceu no dia 21 de março, na Seção Judiciária local, com a presença de diversas autoridades; entre elas, o Coordenador dos JEFs na Primeira Região, I'talo Mendes, o Juiz-Presidente do TRT-8ª Região, Luiz Albano Mendonça de Lima, o Diretor do Foro da Seccional, José Airtton de Aguiar Portela, o Coordenador do JEF no Pará, Paulo Ernane Moreira Barros, a Procuradora Regional da República, Daniela Pereira Batista, a Presidente da OAB/PA, Ophir Cavalcante Junior, além de representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Posto do Banco do Brasil – Após o evento, houve inauguração do Posto de Atendimento do Banco do Brasil na Seccional, com a presença das mesmas autoridades, além do Superintendente Estadual do Banco, Hélio Gozzi. O PAB-BB pretende melhorar o atendimento das necessidades de magistrados, servidores e jurisdicionados. Também houve coquetel oferecido pelo BB.



(Esq. para dir) Coordenador dos JEFs no Pará, Paulo Ernane Barros; Presidente do TRT/8ª Região, Luiz Albano de Lima; Presidente Aloísio Palmeira; Diretor do Foro da SJPA, José Airtton Portela; e o Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes



Durante o evento, a Seccional maranhense homenageou o Presidente Aloísio Palmeira com a medalha Ministro Carlos Madeira. A condecoração foi entregue pelo Desembargador Federal Leomar Barros Amorim e representa uma distinção às autoridades que tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça Federal do Estado.

Maranhão

(Tramitam cerca de 37.000 processos nos JEFs)

No dia 4 de abril foi a vez de a Seção Judiciária do Maranhão realizar a solenidade de instalação do JEF Virtual. Estiveram presentes, entre outras autoridades, o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, os Desembargadores Federais Leomar Barros Amorim e Alverto Vieira da Silva, o Vice-Governador, Jurandir Filho, a Vice-Prefeita de São Luís, Sandra Torres, a Diretora do Foro, Clemência Maria Almada Lima de Ângelo, o coordenador dos JEFs do Maranhão, Juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos, além de advogados militantes do Estado.

Homenagem ao Presidente do Tribunal – Durante o evento, a Seccional maranhense homenageou o Presidente Aloísio Palmeira com a medalha Ministro Carlos Madeira. A condecoração foi entregue pelo Desembargador Federal Leomar Barros Amorim e representa uma distinção às autoridades que tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça Federal do Estado.



Inaugurada vara em Caxias/MA

Foto: Jorge Campos/ACS/STJ



Presidente Aloísio Palmeira, Diretora do Foro, Clemência Maria de Ângelo, e o Presidente do STJ, Edson Vidigal descerram a placa de inauguração da Subseção Judiciária da Justiça Federal de Caxias.



O Presidente Aloísio Palmeira Lima esteve em Caxias, no Maranhão, no dia 8 de abril, para inaugurar a Subseção Judiciária da Justiça Federal naquela cidade. A Vara única instalada tem sob sua jurisdição mais de 770 mil habitantes de 26 municípios do Estado e também funciona como juizado federal.

O Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira conduziu os trabalhos da mesa diretora e passou a palavra ao Ministro Edson Vidigal para que declarasse inaugurada a Vara de Caxias/MA, como homenagem ao filho da terra.

Em seguida, o Presidente Aloísio ressaltou, em discurso, estar na cidade do poeta Gonçalves Dias, cujo poema alusivo às palmeiras remonta a seu sobrenome. Criticou a desigualdade de distribuição de varas federais existentes no interior das cinco regiões, pois, na Primeira Região, o número é bastante inferior ao das outras quatro. Aproveitou para conclamar os membros do Congresso Nacional presentes à solenidade e o Ministro Edson Vidigal para se empenharem no sentido de

corrigir a disparidade. Também mencionou a virtualização dos processos nos JEFs. Elogiou os juízes federais que considera portadores de nova mentalidade. “O novo juiz ouve a população e preocupa-se com as questões sociais”, concluiu. Lamentou a dificuldade atual em preencher as vagas oferecidas para o cargo, a exemplo do último concurso, com reduzido número de candidatos aprovados. A solenidade foi marcada pela presença da população e de muitas autoridades, entre elas, o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, o Presidente do TJMA, Desembargador Milson Coutinho, o Desembargador Federal Leomar Amorim, a Diretora do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, Juíza Clemência Maria Almada Lima de Ângelo, o Coordenador da Subseção Judiciária de Caxias, Juiz Federal Roberto Veloso, o representante do Governador do Estado e Secretário de Cidadania e Justiça, Sálvio Dino Junior, o Governador

do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias, o Senador Edison Lobão, o Deputado Federal Paes Landim, o Prefeito de Caxias, Humberto Ivar Araújo Coutinho, e o Bispo da Diocese de Caxias, Dom Luis D’Andrea, que benzeu as instalações da Vara.

Informática

A equipe de informática do Tribunal esteve, também, na cidade de Caxias, para instalar a rede de dados e os equipamentos de informática, além de treinar os servidores da Vara e executar a ligação da nova subseção de Caxias à rede do Tribunal.

Decisões das Seções

Juiz Federal mantém administração da saúde pelo Estado de Rondônia

O Juiz Federal da 2ª Vara/RO, Murilo Fernandes de Almeida, indeferiu o pedido de que a administração de todos os recursos destinados à saúde retorne à competência da União até que o Estado de Rondônia comprove que cumpriu as exigências do art. 4º da Lei 8.142/90, o SUS. Entendeu o magistrado que “as conseqüências desta medida recairiam sobre os usuários dos hospitais públicos, reféns da ilegalidade e imoralidade na gestão da coisa pública”.

Para ele, “por mais insatisfatória que se apresente tal situação, o pedido desta ação na forma em que posto vai de encontro às tentativas de melhoria do Sistema Único de Saúde, consistentes em cada vez mais descentralizar a gestão dos recursos, garantindo a autonomia dos estados e municípios na realização de medidas que se mostrem convenientes às realidades de suas regiões. A pretensão de condenar a União a assumir a administração da prestação de serviço público de saúde neste Estado, a meu senso, seria instituir o caos. Isso porque é de fácil ilação que referido ente não se encontra aparelhado para administração das unidades de saúde de todo o Estado de Rondônia, o qual seria ilusão acreditar que poderia ser gerenciado por apenas dois técnicos do Ministério da Saúde”.

Murilo Fernandes Almeida, entretanto, condenou o Estado de Rondônia a ressarcir ao Fundo Estadual de Saúde o valor de R\$ 181.831,59, que havia sido usado para pagamento de dívida contraída junto à empresa Sul América, por desobediência ao § 2º do art. 36 da lei 8.080/90, que veda a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública na área de saúde.

Ação Civil Pública nº 2001.3150-0



Juiz condena por racismo

Um anúncio publicado nos classificados do jornal Folha de Boa Vista, em novembro de 2002, custou ao seu autor, Paulo César Cavalcante Lima, a pena de dois anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa, por crime de racismo, previsto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89. No espaço reservado à venda de animais, o réu anunciava a venda de “filhotes de Yanomami, c/ 1 ano e seis meses”, ao preço de mil reais. Indignados, professores indígenas apresentaram queixa contra Lima, o que resultou na denúncia formulada pelo Ministério Público Federal. O Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Federal de Roraima, Giovanni Morgan, ao julgar o caso, considerou que a suposta brincadeira alegada pelo réu configurava crime e condenou-o, com direito a substituição da pena pelo pagamento de seis salários-mínimos e prestação de serviços comunitários por dois anos.



Servidores recebem alvarás judiciais

Foram entregues, em março, 1.190 alvarás para levantamento do dinheiro relativo à ação ganha pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Roraima (Sindsep) contra a União Federal. Determinou a 2ª Vara Federal o pagamento do percentual de 3,17% aos autores, por perdas salariais no período de 1995 a 2001. O valor total da causa chegou a aproximadamente 3 milhões de reais, com reflexo na economia local. Servidores da 2ª Vara e outros convocados de outros setores, além dos juízes Cristiane Miranda (titular da 2ª Vara) e Grigorio Carlos dos Santos (titular da 3ª Vara – JEF), atenderam aos beneficiados com a medida. Outras ações do mesmo teor já foram decididas favoravelmente.

Negada indenização por saque em conta-corrente

A Turma Recursal do JEF de Brasília entendeu ser ato legal o saque realizado com o uso do cartão magnético e da senha pessoal do titular da conta-corrente, considerando-se a relação Banco-cliente. A eventual ocorrência de ato ilícito, pela alegação de ser indevida a operação, surge da relação entre cliente e terceiros realizadores do saque, não comportando, por isso, gerar reflexos na responsabilidade que decorre daquela relação Banco-cliente, reconhecida lícita.

De acordo com o Relator do processo, o Juiz Federal Alexandre Vidigal de Oliveira, não sendo provada ou ao menos demonstrada a ausência de fornecimento de serviço adequado, nem restando configurado ter a instituição bancária concorrido para a prática de ato ilícito de relação que não lhe é própria, como o alegado uso do cartão magnético e senha do cliente por terceiros, não há como se pretender a correspondente reparação.

Segundo o Relator, a responsabilidade pelo ato ilícito observada na relação cliente-terceiros não pode ultrapassar seus próprios limites. E acrescentou o Juiz que, na relação de consumo entre o prestador e o tomador do serviço, “o instituto processual de inversão do ônus da prova não autoriza a solução teleológica de se provar o improvável, o impossível, caracterizando-se tal absurdo, na hipótese, em se exigir do Banco provar que o cliente não se apropriou ou não se beneficiou do montante sacado”.

No caso levado a julgamento, o cliente reclamou sobre um saque indevido em sua conta-corrente, tendo a CEF diligenciado em apurar a falha alegada, conferindo dados e analisando as provas disponíveis em seu sistema de segurança, inclusive a filmagem do momento do saque, constatando que a operação fora realizada por um casal, que o cliente diz não conhecer. A conduta em se disponibilizar ao correntista as informações de que dispunha quanto aos fatos demonstra ter o Banco agido de modo suficientemente adequado em sua relação de consumo, não lhe cabendo ser responsabilizado pela reparação pretendida pelo cliente.

2004.34.00.701619-7





Relatório de atividades é lançado em CD-rom

O Relatório Anual de Atividades do Tribunal de 2004, além de ser distribuído em papel, ganhou uma versão em CD-rom. A inovação foi apresentada no último dia 10 de março, na sessão da Corte Especial, quando foi distribuído um exemplar para cada desembargador federal.

Essa novidade foi elaborada pela Divisão de Produção Editorial (Diedi) – responsável pela programação visual e composição multimídia – e pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor) – responsável pela coordenação técnica, consolidação e redação dos textos enviados pelas unidades administrativas.

Segundo o Diretor da Diedi, Benvólio Evangelista Silva, um dos objetivos da elaboração do CD é que ele possibilita maior agilidade na entrega da publicação.

O CD-rom contém tabelas e gráficos. O conteúdo completo com textos será distribuído, como nos outros anos, em papel.



Tribunal ganha consultoria em língua portuguesa

A Consultoria em Língua Portuguesa, serviço desenvolvido no Tribunal para atender às solicitações dos gabinetes e servidores que tenham alguma dúvida na redação dos textos elaborados no órgão, como memorando e ofício, foi apresentada em plenário no dia 10 de março deste ano. No dia 06 de abril, por meio da Portaria/Presi n.100-175, o Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, instituiu a consultoria, vinculada à Presidência.

Os gabinetes que já solicitaram o serviço foram os dos Desembargadores Federais Luciano Tolentino Amaral, Maria do Carmo Cardoso, João Batista Gomes Moreira, Antônio Sávio de Oliveira e Antônio Ezequiel.

Segundo a coordenadora, Ana Toledo, as principais dificuldades encontradas são regência, concordância e pontuação.

Os consultores são os seguintes servidores: Ana Guimarães Toledo (coordenadora), Carmen Lúcia Prata da Costa, Edelweiss de Moraes Mafra, Magda Giovana Alves, Maria de Fátima Nolte, Renato José Pinto da Cunha, Robson Taylor de Barros e Samuel Nunes dos Santos, todos lotados na Divisão de Produção Editorial, cujo diretor é o servidor Benvólio Evangelista Silva. O projeto conta ainda com suporte da Divisão de Recursos Humanos (Direh), que presta apoio logístico, recebe e dá encaminhamento às solicitações.

O gabinete ou servidor que necessitar dos serviços da consultoria, deve solicitá-lo por meio do endereço eletrônico consultoria.português@trf1.gov.br.



Coordenadora da consultoria, Ana Toledo (primeira à esq.), Diretor da Direh, José Carlos Viana (primeiro à esq.), Diretor da Diedi, Benvólio Evangelista (segundo à dir.), e consultores

CJF reúne-se no STJ



O Presidente Aloísio Palmeira esteve reunido com os membros do colegiado do CJF, no dia 22 de março, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, para apreciação e votação de processos de interesse da Justiça Federal, entre outros objetivos. Compuseram a mesa julgadora o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, o Vice-Presidente Sálvio de Figueiredo, representado pelo Ministro Fernando Gonçalves, o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler, além dos membros efetivos e suplentes.

Durante a reunião, foi aprovada, no processo n. 2005.16.2087, resolução que fixa normas para avaliação de magistrados federais de primeiro grau durante o período de estágio probatório, uma vez que a Constituição Federal (art.95, inciso I) garante o vitaliciamento para magistrados federais após dois anos de exercício, mas não determina as regras na Justiça Federal para o acompanhamento desses magistrados nesse período. De acordo com a matéria aprovada, o Corregedor-Geral será o responsável pela avaliação dos juizes e contará com a colaboração do juiz em auxílio à Corregedoria e de juizes federais formadores. Caso o magistrado não seja aprovado ao final do estágio probatório, o Corregedor-Geral deverá encaminhar voto para o Tribunal recomendando a perda de cargo. O texto determina, ainda, que os TRFs podem disciplinar os regula-

mentos para o processo de aquisição da vitaliciedade, desde que a resolução do CJF seja observada.

Além da inclusão no calendário do CJF de fóruns de debate entre juizes das varas especializadas em crime de lavagem de dinheiro e contra o Sistema Financeiro Habitacional, foi aprovada resolução (processo nº 2005.16.1960) que uniformizará, em toda a Justiça Federal, os critérios para guarda e credenciamento de bens apreendidos em procedimentos criminais. A matéria aprovada estabelece que os bens apreendidos devem ser mantidos em local seguro, devidamente identificados com o número do processo e nome das partes, e liberados apenas sob ordem judicial, além de constar na capa dos autos "bens apreendidos". Na ocasião, o colegiado indeferiu o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil para alteração da matéria constante na resolução n. 399 do CJF, que trata do levantamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

Ao final da sessão, a Presidenta do TRF da 5ª Região, Margarida Cantarelli, e o Presidente do TRF-2ª Região, Valmir Martins Peçanha, foram homenageados com uma placa, em razão de suas atuações como membros do colegiado no biênio 2003/2005, funções das quais se despediram em março.

Solenidade na Bahia

Homenagem ao Presidente e novidades para facilitar o atendimento ao cidadão

O Presidente Aloísio Palmeira Lima esteve na Seção Judiciária da Bahia, em Salvador, no dia 20 de abril, para inaugurar o Juizado Especial Federal (JEF) virtual do Estado e apresentar à sociedade baiana o Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística (Sidjor).

Na mesma solenidade, iniciada pelos

hinos nacional e o do Senhor do Bonfim, amigos, parentes e diversas autoridades assistiram ao recebimento, pelo Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira, da medalha Ministro Aliomar Baleeiro de número 001, recém-lançada pela Seccional da Bahia e outorgada ao magistrado pelos esforços contínuos em

bem atender as solicitações tanto da Justiça Federal quanto do cidadão que dela precisa, aprimorando os serviços da Seccional. O Presidente do Tribunal também foi homenageado pelas realizações nos doze meses de presidência no TRF da Primeira Região, ao que assistiram amigos parentes e diversas autoridades.

Homenagem por um ano de muitas realizações

O Presidente Aloísio Palmeira Lima recebeu a primeira Medalha “Ministro Aliomar de Andrade Baleeiro”, instituída para homenagear personalidades que tenham contribuído para o aprimoramento dos serviços judiciários federais na Bahia. A condecoração foi entregue pela Diretora do Foro da Seccional Baiana, Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva, e pelo sobrinho-neto do Ministro Aliomar, Eduardo Baleeiro.

A Ministra Eliana Calmon saudou o homenageado em nome da Turma de 1968 da Faculdade de Direito da UFBA, com a presença de quase todos os integrantes. O Juiz Federal da Bahia Carlos D’Avila Teixeira, em nome da Justiça Federal/BA, falou sobre o histórico de vida do homenageado, ressaltando o empenho profissional: “Suas linhas mestras de conduta, divulgadas no discurso de posse, têm sido rigorosamente cumpridas, assentadas no binômio modernidade e interiorização da Justiça Federal, mesmo diante de colossais dificuldades nascidas do gigantismo da Primeira Região”.

A Diretora do Foro ressaltou o empenho do homenageado para consolidar a virtualização de processos, a interiorização da Justiça Federal da Região, a construção da sede dos JEFs e a realização dos itinerantes no Estado. “Destaco o dinamismo ímpar do Presidente que sempre atendeu a todas as nossas reivindicações”, lembrando que ele muito se empenhou para realizar tais gestões.

O homenageado salientou que, no primeiro ano, “foi desenvolvido projeto para valorização do jurisdicionado e para o crescimento estrutural e tecnológico da Justiça Federal, alicerçado na integração, na interiorização e na virtualização de processos”.

Os presentes à solenidade receberam a Revista Destaque Especial, que documenta um ano de administração do Presidente Aloísio Palmeira, e o CD-Rom com o registro das edições da Revista Destaque e do informativo Destaque do Dia, os quatro editados pela Ascom.



Presidente exhibe com orgulho as comendas

Tecnologia facilita a vida de cidadãos e juristas

O Juizado Especial Federal (JEF) virtual, inaugurado na SJBA no último dia 20 de abril, vai agilizar o julgamento de processos de causas de até 60 salários-mínimos, e toda a movimentação processual passa a ser realizada pelo computador. Documentos escaneados e intimações feitas pela Internet são alguns exemplos de procedimentos efetivados com esse novo sistema.

Em solenidade realizada na Seccional baiana, o Presidente Aloísio Palmeira fez a distribuição do primeiro processo virtual do JEF, e os componentes da mesa assinaram, por meio digital, a ata.

A placa de inauguração foi descerrada pela Ministra Eliana Calmon, pelo Presidente Aloísio Palmeira, pela Coordenadora do JEF local, Vera Maria Velloso, e pelo Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes, que falou da principal vantagem de se eliminar a movimentação física de processos: ‘é sem dúvida a celeridade dos julgamentos’. Em seu discurso, pediu a bênção ao Senhor do Bonfim para que “eternamente tenhamos justiça em nosso país”.

Foi entregue certificado aos servidores participantes de juizados no interior da Bahia, representados pela servidora Rosimari Sabino dos Santos, e houve a distribuição aos convidados da cartilha sobre os Juizados virtuais e da revista de dois anos dos JEFs, elaboradas pela Cojef e pela Diedi, além do folder sobre o Sidjor.

Pelo Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística (Sidjor), o Tribunal transmite as sessões de julgamento, em tempo real, a TV e a Rádio Destaque, via computador. O Sistema é realizado em co-parceria pela Ascom e pela Secin.

Durante o evento, foi transmitida a sessão da 2ª Turma, que se realizava naquele momento, no Tribunal, em Brasília, por meio de um computador com imagens projetadas num telão, e, em seguida, a Rádio e a TV Destaque.

O Advogado Joseval Carneiro, que atua na Bahia, afirma que “as duas novidades tecnológicas vão facilitar muito o trabalho de advogados” e acredita que vai possibilitar à sociedade que busca a Justiça Federal receber uma resposta mais rápida.



A Ministra Eliana Calmon descerra a placa de inauguração, ao lado do Presidente Aloísio Palmeira, da Coordenadora do JEF local, Vera Maria Velloso, e do Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes



Transmissão ao vivo da sessão da 2ª Turma do TRF-1ª Região durante apresentação do Sistema de Divulgação

Entre parentes e amigos, estiveram presentes muitas autoridades, entre elas, o Presidente do TRF-2ª Região, Frederico Gueiros, a Procuradora do Estado da Bahia, representando o governador, Verônica Novaes, o Presidente do TRE/BA, Desembargador Carlos Cintra, o Coordenador dos JEFs na 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, os Desembargadores Federais João Batista Moreira, Antônio Souza Prudente, Selene Maria de Almeida, Antônio Sávio, Maria do Carmo Cardoso, Neuza Maria Alves, a Coordenadora do JEF local, Vera Maria Velloso, juízes federais, a Procuradora-Chefe da Procuradoria da República/BA, Auristela Reis, o Presidente da OAB/BA, Dinailton Oliveira, o representante do Prefeito do Município de Salvador e Procurador-Geral do município João Cavalcati, a Prefeita de Campo Formoso/BA, Iracy Andrade de Araújo, o representante do superintendente do INSS do Estado, Frederico Castro, procuradores da Fazenda Nacional, representantes dos três poderes, membros das Polícias Federal e Civil e da Receita Federal, a Procuradora-Chefe da Procuradoria da UFBA, Ana Guiomar Costa, e demais procuradores da Universidade, o Secretário-Geral do CJF, Ney Natal, o representante do Superintendente do Banco do Brasil, Nassib da Silva, o Superintendente da Caixa Econômica, José Raimundo Cordeiro Júnior, além de servidores e dirigentes do TRF de Brasília e da Justiça Federal de Brasília.

*Diversas autoridades assistem atentos à solenidade**Desembargadores Federais prestigiam o evento**O Presidente Aloísio Palmeira recebe a homenagem ao lado da Diretora do Foro da SJBA, Juíza Federal Mônica Neves, e do sobrinho-neto do Ministro Aliomar, Eduardo Baleeiro**Público lota auditório da seccional baiana**Presidente Aloísio Palmeira faz a distribuição do primeiro processo virtual do JEF e faz a assinatura digital da ata**A Ministra do STJ Eliana Calmon, o Presidente Aloísio Palmeira e a Diretora do Foro da SJBA, Mônica Aguiar*

7ª Turma adota novos procedimentos

Com o objetivo de uniformizar e racionalizar o processamento dos feitos em tramitação na 7ª Turma, o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Presidente da Turma, baixou as instruções normativas n. 1 e 2, de 13 de outubro de 2004, e n.1 de 18 de fevereiro de 2005. As instruções normativas foram elaboradas com base na experiência cartorária dos servidores, e revisadas pelo Presidente da Turma.

A IN nº 01/2004 estabelece procedimentos quanto ao volume, prazos, retiradas e requisição dos autos, além de fixar normas para a transmissão e a notificação de decisões. Determina, ainda, que a estatística mensal apresentada pela Coordenadoria da 7ª Turma contenha dados mais completos do que os anteriormente colhidos, como despachos publicados, processos julgados da pauta, processos julgados em mesa, entre outros. Em complementação, a Instrução Normativa n. 02/2004 implantou os novos modelos de quadros estatísticos, que proporcionam controle mais abrangente dos processos que tramitam dos gabinetes dos Desembargadores Federais para a Coordenadoria da 7ª Turma.

Os resultados obtidos pela utilização das diretrizes contidas nas instruções normativas da 7ª Turma já podem ser observados: agilização do fluxo dos processos para os gabinetes, otimização do tempo para os servidores e, principalmente, diminuição dos erros cometidos nas práticas cartorárias. Os dirigentes da Coordenadoria agora se concentram no exame de questões processuais mais complexas e na revisão de tudo o que vai sendo processado.

Mas as inovações não se restringem apenas à agilização processual. Atendendo a uma antiga solicitação de procuradores federais, de partes e de advogados no que diz respeito à informação antecipada do julgamento de processos levados em mesa, a IN n. 01/2005 estabelece que os interessados devidamente cadastrados no sistema TRF-Push/ Sétima Turma, que permite aos usuários receber, por meio de correio eletrônico, a movimentação dos processos, sejam informados da inclusão dos feitos nas sinopses de julgamento dos gabinetes, com a informação do dia em que seus recursos serão julgados.

A íntegra dos novos procedimentos está disponível na internet pelo endereço: www.trf1.gov.br

*Servidores utilizam novas regras procedimentais*

Convênio agiliza instalação de varas

O TRF da 1ª Região e a Caixa Econômica Federal assinaram convênio que tem como objetivo a concessão de recursos financeiros que vão agilizar a implantação das novas varas federais criadas pela lei 10.772/2003.

A solenidade de assinatura foi realizada no dia 29 de março, no hall do plenário do Tribunal. Estiveram presentes o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, João Carlos Garcia, a Procuradora Regional da União na 1ª Região Hélia Bettero, desembargadores e juízes federais, representantes do MPF, da AGU, Fazenda Nacional e OAB.

A Caixa irá repassar ao TRF da Primeira Região os recursos financeiros destinados aos aluguéis de prédios que abrigarão novas varas federais no interior, além da locação de links de comunicação, e compra de equipamentos. A Caixa também disponibilizará equipe de arquitetura e engenharia para elaborar e executar os projetos de reforma dos prédios alugados ou recebidos em doação, inclusive das prefeituras municipais, para as novas varas federais.

No convênio está previsto, ainda, apoio à virtualização dos Juizados Especiais Federais nas novas varas por meio de aquisição e cessão em comodato de equipamentos e softwares. O Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira ressaltou a importância da parceria com a Caixa nos projetos que o TRF desenvolve. “A Caixa Econômica Federal sempre respondeu positivamente aos pedidos do TRF e agora não foi diferente. Precisamos do apoio de instituições como a Caixa. O apoio constitui uma ajuda importante para concretizarmos essa tarefa no

*Presidente assina convênio com a Caixa Econômica Federal*

decorrer deste ano para levar a Justiça Federal mais perto dos nossos cidadãos”, disse o Presidente.

Em contrapartida, será reservado à Caixa espaço nas sedes das novas subseções para instalar postos bancários, além de continuar sendo a instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos nas novas varas do interior. Para o Vice-Presidente da Caixa Econômica, João Carlos Garcia, o convênio reforça ainda mais a parceria entre as duas instituições. “É uma grande satisfação e orgulho poder contribuir com essa iniciativa, facilitando o acesso da população brasileira à Justiça Federal”, comentou o vice-presidente.



Decisões do TRF-1ª Região

Evangélicos pedem indenização por dano moral

TRF da Primeira Região contraria decisão de primeira instância que julgou ser inviável analisar juridicamente pedido de evangélicos que pretendem ser indenizados moralmente em virtude de lei que instituiu feriado nacional o dia 12 de outubro para culto público e oficial a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. Segundo decisão da 6ª Turma do TRF-1ª Região, o pedido deve ser analisado, pois a pretensão é juridicamente justificável na medida em que pede indenização por dano moral em virtude de ato legislativo, qual seja, a Lei nº. 6.802/80, que instituiu o 12 de outubro feriado nacional.

O pedido de indenização por danos morais dos evangélicos ao entrarem com a ação na Justiça Federal do DF baseou-se na alegação de que a lei em questão seria uma afronta aos dispositivos constitucionais, um privilégio à religião católica e, portanto, uma afronta à minoria evangélica, causando-lhes danos morais. Em resposta, a 1ª instância considerou a impossibilidade jurídica do pedido por este não guardar relação lógica com os fatos narrados. A Constituição, segundo explicou o juízo de 1º grau, professa o respeito ao convívio com diferentes crenças e cultos, não havendo no ato de instituir uma padroeira do País, por meio de lei, a intenção de humilhar a comunidade evangélica. Além disso, a decisão explicava que tal fato não configura dano moral a ponto de fazer os evangélicos perderem o gosto e o interesse pela vida.

No entendimento do relator do processo no TRF, Juiz Federal Convocado, Leão Aparecido Alves, a sentença de fato acabou por entrar no mérito da questão ao afirmar que a existência de um dia especial de culto público e oficial não causa dano moral aos autores. Assim, a Turma determinou que voltem os autos para o juízo de primeira instância e seja analisado “se a existência do feriado religioso exclusivamente católico implica dano moral aos cristãos evangélicos, ou não”.

AC 2000.34.00.028546-4/DF

Modelo ganha direito a indenização

A 5ª Turma do TRF-1ª Região confirmou a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara do DF que obrigou a União a indenizar por danos morais a empresária e modelo Luíza Brunet no valor de cem mil reais. A Juíza Federal Convocada, Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, em seu voto, concluiu ter restado provado ato ilícito praticado por agentes da Fazenda Nacional ao proceder à fiscalização em estabelecimento comercial do conhecido modelo no ano de 1994, na cidade de Búzios/RJ. A diligência em questão ocorreu em horário pouco convencional, às 22h de um sábado, e seguiu-se acompanhada pela imprensa, tendo recebido ampla divulgação, desrespeitando o princípio da discricionariedade exigido por lei de atos do servidor público e, mais especificamente, de servidor vinculado a entidades tributárias. Segundo os magistrados, a diligência do administrador público deve possuir propósitos claros e definidos, no caso o de fiscalizar, o que não ocorreu. Ao se permitir a presença da imprensa, procurou o agente que o ato servisse de exemplo para que outros comerciantes não praticassem infrações tributárias, supostamente praticadas pela empresária. Nem mesmo ficara provada a existência de irregularidade, o que tornou o ato de fiscalização ainda mais comprometedor da imagem da reclamante.

A Turma concluiu que o ato provocou dano moral ao modelo pela precipitada divulgação das investigações da autoridade tributária, causando constrangimento e comprometendo a imagem pública da empresária. O valor estipulado pelo juízo de 1º grau em cem mil reais (na época dos fatos) foi considerado razoável e confirmado pela relatora, pois este deve levar em conta a situação econômico-financeira da vítima e não permitir que o valor caracterize enriquecimento ilícito, deve tão-somente representar um reconhecimento do constrangimento sofrido pela requerente.

AC 1998.34.00.024582-0/DF

Outras decisões estão disponíveis em www.trf1.gov.br, setorial, comunicação social, notícias.

Gente em Destaque

Força e determinação



Servidor do TRF-1ª Região, Petrus Sanchez, troca seus dias de folga por muito estudo. Tanta dedicação traduz-se em medicina. O agente de segurança de 28 anos formou-se no ano passado pela Universidade de Brasília.

Casado e prestes a ser pai, o servidor divide-se entre casa, trabalho e estudos. Petrus trabalha, desde junho de 1998, no Tribunal. Quando começou a universidade, sentiu enorme dificuldade em conciliar o horário de trabalho com o de aulas. O fato de ter cursado, anteriormente, Biologia, apesar de não ter concluído o programa, ajudou-o. Ele pôde aproveitar diversas matérias para adiantar o curso de medicina.

Sua vida organizou-se melhor quando ele passou a trabalhar no plantão noturno da segurança do Tribunal e nos finais de semana.

A escolha de Petrus, que desde o primeiro grau de ensino sonhava em ser médico, teve inspiração em sua irmã. Ela também optou pelo ramo da medicina. Atualmente, ele faz residência em ginecologia no Hospital Universitário de Brasília.

É com a mesma força, determinação e entusiasmo que teve desde o início do curso, que o agente de segurança pretende concluir a residência e seguir a carreira médica, especializando-se em ginecologia e obstetria. Petrus considera o cargo no TRF de grande importância em sua vida,

pois o ajudou, de diversas maneiras, a seguir e persistir em seu sonho, que é trabalhar na área da saúde como médico.

Brasília, no coração do Brasil

O Espaço Cultural do TRF-1ª Região recebeu a artista plástica brasileira Andréa Gomes de Matos, no dia 1º de abril, em coquetel de abertura da mostra “O Brasil em Brasília”, realizada até o dia 15 do mesmo mês.

A artista, premiada desde os sete anos de idade e autora de exposições nacionais e internacionais, utiliza em suas obras a fragmentação da pintura, com óleo e acrílico sobre tela. Dessa forma, Andréa retrata em “O Brasil em Brasília” uma visão curiosa e inusitada da capital do País, oferecendo aos visitantes um conjunto intenso de cores e formas.

“A escolha de Brasília como fonte de inspiração, deve-se ao fato de eu ser filha desta terra. Esta mostra é uma leitura do cotidiano da cidade, que aqui se mostra de forma plástica”. Conclui a artista.

Estiveram presentes à ocasião o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Aloísio Palmeira, o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa e o Secretário-Geral Paulo Cardoso.

“Através de suas obras, a artista expressa seus sentimentos e a forma com a qual ela enxerga sua cidade natal. São pinturas belíssimas, que devem ser detalhadamente observadas”, enfatiza o Presidente Aloísio Palmeira.

Também estiveram presentes ao coquetel de lançamento, servidores, prestadores de serviço e estagiários, que prestigiaram Andréa Gomes ao som da dupla Cisso Cerqueira e Luiz Asp.



Minas Gerais

PGQVT – Três anos de realizações

O 1º Plano de Ação do PGQVT – Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da Justiça Federal da 1ª Região – tem suas raízes no resultado de um questionário elaborado pelo Tribunal Regional Federal com base nas sugestões, reivindicações e anseios dos servidores. Aplicado, em junho de 2001, nas seções judiciárias de toda a 1ª Região, o Questionário de Qualidade de Vida forneceu dados importantes para possibilitar a promoção e melhoria do bem-estar físico e emocional dos que trabalham na Justiça Federal.

O Plano de Ação foi aprovado, no final de 2001, pelo então Presidente do TRF, Tourinho Neto. Englobava, inicialmente, 29 ações que deveriam ser implementadas durante o biênio 2002/2003. Além disso, definia o público-alvo, as estratégias e a fonte de recursos para a execução dessas ações.

Em Minas Gerais, o comitê regional, formado por seis servidores da área administrativa, reuniu-se, em março de 2002, para analisar o Plano de Ação, definir metas e dividir, entre eles, a execução das ações propostas.

Minas Gerais foi pioneira na implantação do banco de sangue que teve sua logomarca e slogan escolhidos por meio de concurso promovido entre os servidores. A marca foi tão bem aceita que acabou sendo adotada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Embora jovem – apenas três anos – o PGQVT já imprimiu sua marca. Apenas oito pessoas, muito trabalho, criatividade e vibração fizeram do Programa o que ele é hoje: moderno, dinâmico, solidário e, sobretudo, realizador.

O QUE VEM POR AÍ

- 7ª Feira de Saúde.
- Campanhas odontológicas.
- 2ª Campanha de Prevenção de Doenças Cardiovasculares.
- “Seminário” sobre cinema: apresentação de filmes por convidados das áreas de psicanálise, cinema e filosofia.
- Caminhada/Cavalgada de Lua Cheia.
- 3º Bazar de Natal.
- 3ª Árvore dos Sonhos.
- 4º Natal dos Terceirizados.
- Oficinas ou *workshops* (artesanato) uma vez por mês.

Comitê do PGQVT em Minas Gerais

Haroldo Ferri – Coordenador;
 Andréia Santos da Silveira Matos;
 Lillian Soares de Castro Fagundes;
 Ana de Fátima Ribeiro;
 Tânia Cardozo Spyer Prates;
 Giselle Caldeira De Castro Silva;
 Christianne Callado de Souza;
 Maria Carmen Rage Pereira;

Amazonas

Homenagem às mulheres na Seccional do Amazonas

A Diretoria do Foro, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho e a Associação dos Servidores da Justiça Federal do Amazonas realizaram, no dia 8 de março, homenagem às mulheres que laboram na Justiça Federal do Amazonas.

Estiveram presentes as colaboradoras do Senac – com os serviços gratuitos de “escova” de cabelos e manicura – além das empresas expositoras Avon, Clínica de Estética *Phisical*, Azul Anil, Cris Bijouterias, Tapajós Tecidos, *Body For Sure*, e Garotas Estilosas Bijouterias.

O Oficial-de-Justiça Mário Fernandes da Costa Júnior leu uma linda mensagem dedicada às mulheres.

Os servidores Julimara da Silva Bichara, Luiz Carlos Brandão de Oliveira, Silas Batista dos Santos Filho e o prestador de serviço Nonato Roche apresentaram-se cantando MPB.

Várias servidoras ganharam, por meio de sorteios, brindes

Foto: Glauber Felipe Santos



Colaboradoras do Senac atendem às servidoras da Seccional.

ofertados pelos expositores do evento e pela Assejuf/AM. Houve sorteios, também, entre as prestadoras de serviço da empresa que cuida da conservação e limpeza da Seccional e entre as servidoras da Subseção Judiciária de Tabatinga.

Foto: Sâmia Milena e Josué Alves



Palestra com a ginecologista Grace Mônica

Tocantins

Dia Internacional da Mulher

foto: Iracele Barros Leite



Servidoras da Seccional em momento de comemoração

Foi em clima festivo e alegre que aconteceram na Seccional as comemorações do Dia Internacional da Mulher. A Diretoria do Foro e o PGQVT/TO, com a colaboração dos homens da Seccional, realizaram uma solenidade simples, mas bastante significativa. O servidor Jairo Bonfim Ribeiro abriu o evento com a adaptação de uma crônica de Luiz Fernando Veríssimo, “Quando as mulheres dominarem o mundo”, dando uma certa descontração ao ambiente. Logo após, o servidor Júlio Luz Carneiro e o estagiário Aramy José Pacheco fizeram uma apresentação da música “Como é grande o meu amor por você”, de Roberto Carlos, que foi sucedida pelo pronunciamento do Juiz Federal Diretor do Foro Marcelo Velasco Nascimento Albermaz. O magistrado parabenizou todas as mulheres presentes, ressaltou a importância da mulher na atualidade e relembrou o histórico motivo de ter sido atribuído ao 08 de março a condição de dia internacional da Mulher. Após o pronunciamento do Juiz Federal Marcelo Albermaz, foram realizados sorteios de arranjos de flores e brindes da empresa conveniada com a Assejuf – Nova Cosméticos – entre as mulheres da Justiça Federal/TO. As sorteadas foram Iane Maria Pinheiro Nolasco, Valdimary Melo Correa, Irene Maria Ferreira e Maria Denaide Fernandes. Após a entrega dos brindes, feita pelo Diretor do Foro e pelo Presidente da Assejuf, Roberto Japiassú, os presentes foram convidados para saborearem um delicioso bolo no *hall* da Seccional.

Acre

Comemoração do Dia Internacional da Mulher

Na Seção Judiciária do Acre, as atividades em comemoração do Dia Internacional da Mulher foram organizadas pelas equipes do Comitê do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) e do Cerimonial. No dia 09 de março foi ministrada palestra sobre doenças ginecológicas e câncer de colo do útero pela ginecologista Grace Mônica e houve exposição de jóias artesanais com produtos da Amazônia; no dia 11 foram oferecidas dicas de beleza com a esteticista Érica, do salão Divino Toque.

O evento envolveu a participação das servidoras, das estagiárias e das prestadoras de serviços e contou com a presença, também, de vários homens.

Rondônia

Justiça Federal faz doações de micros, mesas e veículos

Quatro entidades – Hospital João Paulo II, Escola Santa Marcelina, Centro do Menor e Batalhão de Polícia Ambiental – foram beneficiadas com doações feitas pela Justiça Federal em Rondônia. A solenidade oficial aconteceu no dia 1º de abril, às 16 horas, no auditório do Fórum Ministro Jarbas Nobre, e foi presidida pelo Diretor do Foro Murilo Fernandes de Almeida.

A doação obedeceu à instrução normativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, que determina a realização de inventário anual para localização de bens móveis antieconômicos, inservíveis, ociosos e obsoletos. Após publicação de edital de alienação, os interessados habilitados e que atendem às exigências legais são atendidos.

A Polícia Ambiental, por exemplo, recebeu dois veículos: um Fiat Prêmio, cor branca, ano 93, e um Opala Comodoro SLE, cor preta, ano 89. Já o Hospital João Paulo II ganhou três *scanners* de mesa, um da marca Genius e dois da marca Artec, além de um microcomputador 486-DX/2-66M de 350 mhz. A Escola Santa Marcelina, por sua vez, teve direito a oito microcomputadores padrão IBM-PC.

O Centro do Menor foi, desta vez, em termos de quantidade, o maior beneficiado. Recebeu dez mesas de diversos modelos, um armário, quatro aparelhos de ar condicionado, três máquinas de escrever elétricas, 18 cadeiras de tamanhos variados, cinco protocoladores eletrônicos, dois relógios datadores, quatro máquinas de calcular, dois aparelhos bloqueadores de ligações telefônicas, um medidor de pressão, um relógio de ponto eletrônico, um grupo gerador com motor a diesel, gerador e painel de instrumentos, 16 *no breaks*, três leitores de códigos de barras, 13 impressoras, quatro terminais de vídeo, um monitor de vídeo e um microcomputador.



Veículos doados ao Batalhão da Polícia Ambiental

Seções Judiciárias

*Matérias enviadas pelas Seccionais

Amapá

VI Gincana de Páscoa

Foto: Carlos Alberto Barros



Servidores comemoram a arrecadação

Mais uma vez, os servidores da Seção Judiciária do Amapá, ora motivados pela equipe do PGQVT/AP, realizaram a já tradicional “Gincana de Páscoa”. Trata-se de um evento levado a efeito pelos servidores da Justiça Federal do Amapá, antes da Páscoa, desde o ano de 2000 e que é amplamente apoiado por magistrados e servidores da casa. Objetiva incentivar a solidariedade e a prática da partilha. O material arrecadado é pessoalmente entregue a segmentos carentes da comunidade pelos servidores. Em 2005, o resultado da “Gincana de Páscoa”, superior a quatro toneladas, foi apurado na manhã do dia 18 de março, no auditório da Seção Judiciária do Amapá, ficando o primeiro lugar com a 3ª Vara – JEF. Todas as equipes superaram a meta definida, que era de 500 kg por equipe. Escalpelados, queimados, portadores de hidrocefalia e de lábio leporino, índios, crianças de creches e outras pessoas carentes foram beneficiadas.

Pro-Social realiza campanha odontológica com adultos

O Pro-Social/AP realizou, no período de 1º a 08 de março, campanha odontológica. O atendimento foi direcionado à saúde bucal feminina, aproveitando as comemorações alusivas ao Dia da Mulher, cujo enfoque foi qualidade de vida e auto-estima da mulher. As servidoras foram atendidas pela perita substituta Adriana Gato e pela acadêmica Heloisa Rufino Borges Santos. Os serviços efetivados foram de prevenção, orientação odontológica e de encaminhamento. A atuação das duas profissionais contribuiu para reforçar as atividades comemorativas do dia da mulher, embelezando os sorrisos femininos das servidoras. Em face do resultado da campanha com as servidoras e atendendo ao apelo dos homens, a supervisora do Pro-Social/AP, Socorrita Rufino, resolveu estender o mesmo trabalho ao segmento masculino. A realização de campanhas odontológicas está inserida, também, como atividade a ser desenvolvida pelo PGQVT.

Foto: Carlos Alberto Barros



Perita Adriana Gato e acadêmica Heloisa Rufino

Piauí

Correição geral ordinária

Na presença dos magistrados federais, autoridades e servidores, a Corregedora-Geral do TRF-1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, declarou, no dia 14 de março, estarem abertos os trabalhos de correição ordinária na Seção Judiciária do Piauí, em conformidade com a Portaria Coger n. 02 de 14 de fevereiro de 2005. A correição foi realizada até 22 de março. A Desembargadora Assusete Magalhães foi auxiliada nos trabalhos pelo Juiz Federal da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Reynaldo Soares da Fonseca, pelo Diretor da Secretaria da 22ª Vara/DF, Carlos Magno Costa Teixeira, pelo Chefe da Assessoria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Manoel Maia Jovita. A Correição Geral Ordinária é realizada de dois em dois anos, nas seções judiciárias vinculadas ao TRF-1ª Região, conforme programação, cujo objetivo é a verificação da regularidade do funcionamento dos serviços afetos ao juízo, tanto no que se refere à distribuição da justiça quanto no que diz respeito às atividades administrativas. Durante o período da correição ordinária, não houve suspensão dos prazos, interrupção da distribuição, suspensão da marcação ou realização das audiências, procurando-se evitar, ao máximo, prejuízo aos trabalhos normais da Seção Judiciária.

Corregedora-Geral visita canteiro de obras

Dentro do período de correição ordinária, a Corregedora-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, visitou o canteiro de obras do edifício-sede da Justiça Federal no Piauí. Na ocasião, afirmou estar surpreendida com a excelência da obra e da funcionalidade das instalações. Acrescentou ainda que “quando o prédio for inau-

Fotos: Nilson Linhares



Corregedora Assusete com os magistrados da SJPI

Corregedora-Geral Assusete Magalhães ladeada pelos Juízes Federais Clodomir Reis e Rui Gonçalves e pelo Diretor da Secad, Ribamar Monte.



gurado, o Piauí terá uma das melhores, senão a melhor instalação judiciária que se impõe no cenário local”. De acordo com a Desembargadora Federal, a presença de dois prédios para servir a Seção Judiciária do Piauí dificulta os trabalhos dos magistrados, servidores e jurisdicionados. Entretanto, com a inauguração do novo prédio, duas varas funcionarão por andar, concentrando as atividades somente numa instalação, o que trará mais espaço físico, conforto e comodidade para os que fazem parte da Seção Judiciária, como para todos os jurisdicionados. A Corregedora-Geral já confirmou presença na inauguração das novas instalações, que ocorrerá no segundo semestre deste ano, e ressalta que o evento merece a presença de todas as autoridades do TRF da 1ª Região.

Programa “Bem-Vindo à Justiça Federal no Piauí”

O Diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí, Juiz Federal Clodomir Reis, sentindo a necessidade de cada vez mais aproximar a sociedade do Poder Judiciário Federal local, instituiu o Programa de Visitas “Bem-Vindo à Justiça Federal no Piauí”, implantado no dia 1º de março, em conformidade com as normas fixadas na Portaria nº 063, de 1º de fevereiro deste ano. A execução do programa de visitas ficou a cargo da Assessoria de Comunicação Social e visa a possibilitar ao público externo e interno, organizado em grupos e acompanhados por servidores da Casa, conhecer as instalações e as atividades desenvolvidas na Seção Judiciária do Piauí, como a tramitação processual, a autuação dos autos, a informatização de processos, e, também, assistir a sessões de julgamento.

No final da visita, o visitante que cumprir todo o roteiro receberá um certificado de participação, assinado pelo Diretor do Foro, com a inclusão da carga horária correspondente.

A Justiça Federal teve como grupo pioneiro, na data da implantação, dia 1º de março, os formandos do 2º Período do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí, que tiveram a oportunidade de assistir à palestra sobre “A Reforma do Judiciário”, proferida pelo Juiz Federal da 4ª Vara de Belém/PA, Marcelo Oliveira, piauiense, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Piauí.

Foto: Nilson Linhares



Foto oficial dos formandos de Direito na mesa de honra

Seções Judiciárias

*Matérias enviadas pelas Seccionais

Roraima

Homenagem às mulheres

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado com um café-da-manhã no restaurante da seccional no dia 11 de março. O PGQTV, a Assejuf/RR e uma das empresas prestadoras de serviços custearam as iguarias servidas, que combinavam o tradicional com o regional. Rosas foram oferecidas às homenageadas. Os oradores da manhã destacaram a importância da presença da mulher em todos os ramos de atividades, principalmente em jornada dobrada (emprego/lar). Houve, ainda, uma homenagem ao Juiz Federal Grigorio Carlos dos Santos, cujo aniversário aconteceu no dia seguinte. Antes, magistrados, servidores, estagiários e terceirizados participaram, no Auditório Araceli Souto Maior, da apresentação da Juíza Federal titular da 2ª Vara, Cristiane Botelho Miranda, que começou o exercício do cargo naquele mesmo dia.

Foto: Fernando Quintella



Palavras e rosas na homenagem à mulher

Roraima inaugura espaço multiuso

Foto: Fernando Quintella



O novo espaço promete fazer sucesso

Aconteceu, no dia 11 de março, a inauguração do Espaço Multiuso “De Bem com a Vida”, iniciativa do PGQVT/RR, que visa reunir em um só lugar diversas atividades inerentes ao bem-estar do servidor e treinamento/capacitação. Para isso, conta com o apoio da Seder, da Sebes e da Secad. O espaço é constituído de restaurante, sala de treinamento montada com microcomputadores, de uma sala de massagem, um espaço aberto para atividades relaxantes como ioga e ginástica laboral, além de um espaço descontraído com sofá, tapete e aparelhagem de som.

Mato Grosso

Juiz Federal é homenageado pelo TRT

O Juiz Federal da 1ª Vara e Diretor do Foro de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, recebeu, no dia 18 de março, a medalha da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Oficial.

A Ordem foi criada em 1993 e é concedida a juristas eminentes e outras autoridades nacionais e estrangeiras que se tenham destacado por atividades em prol da Justiça do Trabalho.

O nome do Juiz Federal foi aprovado pelo Conselho da Ordem em reunião ordinária realizada em dezembro de 2004.

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá/MT - procede à entrega da condecoração da Ordem a cada dois anos.

Estiveram presentes à solenidade os Juízes Federais Jeferson Schneider e, Rosana Andrade Schneider, César Antônio Ramos, a esposa do homenageado, Luciana Massumi Miyakawa, e servidores da Seccional mato-grossense.

Foto: Almerinda Barros



Juiz do TRT José Simioni coloca a medalha na lapela do homenageado

Subseções Judiciárias

*Matérias enviadas pelas Seccionais

Uberlândia/MG

Impacto na imprensa local da visita ao TRF-1ª Região

A ida ao TRF-1ª Região de uma comitiva formada por políticos (deputados e senadores), pelo presidente da OAB/13ª Subseção, pelo presidente da Acjub, pelo prefeito da cidade de Uberlândia, e pelos magistrados titulares da 1ª e da 2ª Vara da Subseção, no dia 15 de março de 2005, com o objetivo de pleitearem a criação de varas federais para a Justiça Federal de Uberlândia, teve grande impacto na imprensa local, escrita e falada da cidade.

As rádios Itatiaia, o jornal Justiça, o jornal Correio, a Tv Vitoriosa têm dado grande publicidade ao fato no intuito de fazer os políticos colaborarem com os magistrados que buscam a ampliação da Justiça Federal na cidade.

Foto: Manoel Serafim



Diretor de Secretaria da 1ª Vara com inúmeros processos

Ilhéus/BA

Dia Internacional da Mulher

Ocorreu no último dia 08, na Subseção Judiciária de Ilhéus, evento promovido pelo PGQVT/Ilhéus que comemorou o Dia Internacional da Mulher, com a participação de todos os servidores, prestadores de serviços e estagiários atualmente lotados na Subseção. Em discurso proferido pelo Coordenador do Foro, Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday, o magistrado lembrou que a presença da mulher vem se solidificando, cada vez mais, em todos os níveis da sociedade e, em particular, na magistratura, e, também, a constância com que as mulheres vêm se destacando. Para o PGQVT/Ilhéus, mais do que a homenagem, o dia 08 de março deve ser lembrado, como tantas outras datas comemorativas, como um momento no qual todos, homens e mulheres, possam transcender a reflexão para a prática, em busca de igualdade e melhoria na qualidade de vida de todos os seres humanos, sem qualquer tipo de discriminação.



Servidores comemoram o Dia da Mulher



Assejufe promove Cycling Indoor

Na manhã do dia 20 de março, domingo, os servidores do TRF e da Justiça Federal participaram no Centrejufe do evento esportivo *Cycling Indoor*.

A prática do esporte promovida pela Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe), segundo seu presidente, Fernando Melo, é uma das formas encontradas pela associação para que mais associados sintam interesse em frequentar o clube. “Tenho observado que o Centrejufe tem grande movimento em dia de festa ou de eventos esportivos. Por isso, tento incrementar outras atividades para atrair as pessoas que pouco vão ao clube”, afirma Fernando.

A aula foi ministrada por professores da cidade, entre eles, Adriana Melo e André Torres, que coordenou a atividade, e pelo professor de São Paulo, Wilson Germano, que introduziu a modalidade no Brasil. Para André, a participação dos servidores foi surpreendente, pelo entusiasmo. “Inclusive, na academia onde dou aula, alguns servidores já estão matriculados, pois perceberam a importância da atividade física”, diz o coordenador.

Um dos servidores que prestigiou a malhação matinal foi Marcos Vilhena, Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa. Adepto da atividade física, como o *spinning*, corrida e musculação, o servidor diz que já praticou o *Cycling Indoor* em duas outras oportunidades. Para Marcos, que no ano passado participou do *Spinning in Boat*, também realizado pela Assejufe, atividades assim deveriam acontecer mais vezes. “Acho que evento desse tipo teria que ser oferecido não apenas pela Assejufe, mas também pelo Tribunal, a exemplo de grandes empresas que hoje montam estruturas e investem em esportes para seus funcionários, ganhando com isso a melhora na produtividade”, completa o servidor.



Cycling Indoor

É a simulação de um treinamento de ciclismo, usando bicicletas especialmente desenvolvidas para a atividade. Tem como característica propiciar ao aluno, além do fortalecimento de membros inferiores, redução de gordura corporal (perda de 10 a 12 calorias por minuto).

Os músculos que mais se usam nesse exercício são os das coxas, das panturrilhas e dos glúteos.

Centrejufe abriga aula de *Cycling Indoor*



Palavras

O DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
POR OCASIÃO DOS SEUS 22 ANOS DE MAGISTRATURA

Senhores, pretendia fazer uma manifestação sobre a importância da data de hoje para mim. Fui surpreendido, contudo, com a iniciativa do Desembargador Federal Catão Alves. As palavras de S. Exa., do Des. Fed. Antônio Ezequiel e do Procurador Regional José Oswaldo tocam muito o meu coração, mesmo consciente de que são, precipuamente, fruto da magnanimidade dos seus corações.

Hoje, dia 12 de abril, é aniversário do meu irmão caçula, Dr. Lúcio Tolentino Amaral, a quem dedico muita amizade, amor e afeição. Deus me reservou para esta mesma data, porém, outra não menor graça: tomar posse no cargo de Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exercício na 2ª Vara Federal, junto ao Juiz Federal Ilmar Galvão, hoje Ministro aposentado do STF, e à Juíza Federal Ana Maria Pimentel, hoje Desembargadora Federal, Presidente do Tribunal Regional da 3ª Região. A solenidade aconteceu no Salão Nobre do então Tribunal Federal de Recursos – TFR, que ainda hoje é o Salão Nobre deste Tribunal, no 2º andar, presidida pelo então Presidente Ministro Jarbas Nobre. Tomei posse desgarrado dos meus outros 21 colegas de concurso, porque pedi para ficar no final da lista aguardando possível vaga em Brasília/DF. Confesso que relutei muito antes de me decidir pela posse na magistratura, embora fosse ideal de muitos anos, para o qual a minha formação seminarística de onze anos certamente muito contribuiu. Eu era, então, Procurador da República, depois de ter sido Procurador Autárquico do INCRA, com muito pouca vivência na advocacia particular, pois formei-me em DEZ 1972 e tomei posse no INCRA em SET 1973. São decorridos vinte e dois anos de magistratura, nove deles já neste tribunal, que parecem apontar-me à reta final. Os vinte e dois anos de magistratura podem parecer a plena maturidade do exercício de uma função tão nobre quanto espinhosa. exatamente por isso, penso, me sugerem autocrítica muito severa.

Procurei, por opção de vida e de ideal, dedicar-me apenas à judicatura, a despeito da minha forte inclinação ao magistério e ao estudo. Aprendi com a vida e com os sábios que se deve colocar amor em tudo que temos de fazer: aquilo que se faz com amor se faz com prazer; o que é feito com amor e com prazer é mais suave e mais leve. A autocrítica que faço revela-me bem distante do perfil que Vossas Excelências me apontaram, consideradas a magnitude e grandiosidade das atribuições e conflitos que a carreira nos impõe dirimir e que de nós exige contínuos esforços à superação das nossas limitações. Estou convicto e consciente de que não pude e não correspondo à necessidade que esta missão de mim esperava e espera, mas tenho a consciência de que procurei fazê-la e cumpri-la da melhor forma que me foi possível e possibilitada: com as dificuldades interiores da minha contingência humana e com as dificuldades vindas ou surgidas do exterior, nascidas, sabe Deus, de sentimentos ou motivações contrárias ou de natureza diversa.

Neste exato contexto de consciência e autocrítica, ocorrem-me três sentimentos. O primeiro, de agradecimento a Deus pelas bênçãos que me tem derramado com extremada generosidade, pelas luzes com que me tem privilegiado; agradecimento a meus pais, familiares e a todos quantos, funcionários, advogados, amigos, que colaboraram de forma positiva para facilitar o meu trabalho, ajudando-me a superar minhas limitações e dificuldades. O segundo sentimento é o de pedir perdão a todos, jurisdicionados, advogados, colegas, familiares, funcionários, pelas minhas imperfeições, limitações, dificuldades de toda ordem (intelectual, mental, emocional, social, psicológica, enfim, em todos os níveis); limitações naturais ou que me foram artificial ou circunstancialmente criadas, impedindo-me de ver, sentir e compreender a necessidade, a carência e o apelo deles. O terceiro sentimento é o de perdoar a todos que, de alguma forma, constituíram algum obstáculo ou dificuldade ao meu mister, trazendo-me dor e sofrimento. Dor e sofrimento são contingências humanas que nos aperfeiçoam o espírito e purificam a alma.

Em suma, a minha prece: Deus ilumine e abençoe a todos, recompensando-os pela ajuda que me têm emprestado.

Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral
em 12 de abril de 2005



Descentralização dos TRFs

Com a Reforma do Judiciário, Justiça Federal de segunda instância pode ficar mais perto do jurisdicionado

A Reforma do Judiciário promulgada recentemente traz um ponto de fundamental importância para aproximação da Justiça Federal de segundo grau das partes processuais que vivem em localidade diferente daquela onde está instalada a sede do Tribunal.

O parágrafo terceiro do artigo 107 da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional Nº 45, de 8 de dezembro de 2004, cria a possibilidade de descentralização dos cinco Tribunais Regionais Federais existentes no Brasil. De acordo com o texto, já publicado no Diário Oficial da União, essa descentralização deverá acontecer por meio da criação de câmaras regionais, que terão o objetivo de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo.

A Associação de Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer) criou uma comissão de juízes federais para analisar a norma contida no parágrafo terceiro do art. 107. Fazem parte do grupo, instituído oficialmente no dia 14 de março, os magistrados Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes/MG (Presidente da Comissão), Charles Renaud Frazão de Moraes/DF e Vallisney de Souza Oliveira/AM.

Eles têm prazo de 60 dias para apresentar o resultado dos estudos, com proposta fundamen-

tada de operacionalização do dispositivo introduzido pela EC n. 45 no âmbito da 1ª Região. O material deverá ser entregue ao Presidente do TRF em Brasília, Desembargador Federal Aloísio Palmeira.

A Presidenta da Associação de Juízes Federais da 1ª Região, Juíza Federal Solange Salgado/DF, explicou que o trabalho da comissão é o primeiro passo para se colocar em prática o que determina a

Reforma do Judiciário em relação à descentralização das Turmas julgadoras dos TRFs. “O parágrafo terceiro do artigo 107 representa a possibilidade de julgamento de recursos de segunda instância fora da sede do TRF”, explica. Solange ressaltou que “haverá economia de tempo e dinheiro tanto para as partes como para a própria Justiça.”

Na Primeira Região, os benefícios esperados com a implantação das câmaras regionais tendem a ser maiores. É que a sede do Tribunal Regional Federal, localizada em Brasília, fica muito distante, por exemplo, dos estados da Região Norte que fazem parte da jurisdição. Com a previsão introduzida pela Emenda Constitucional 45, julgamentos em segunda instância das causas originadas nesses estados poderiam acontecer lá mesmo, por meio das turmas descentralizadas.



Com a descentralização prevista na Reforma, julgamentos de segundo grau poderão acontecer fora das sedes do TRFs

Ajufer realiza estudos sobre as Turmas Recursais dos JEFs e sobre a Loman

➤ Por meio de ato da Presidência da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer), foi instituída comissão para analisar o anteprojeto de lei encaminhado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) ao Congresso Nacional e que dispõe sobre a estruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. De acordo com o ato n. 02-p/2005 da Presidência da Ajufer, os associados Mark Yshida Brandão (presidente), Alexandre Vidigal de Oliveira e Vânia Cardoso André de Moraes têm prazo de 60 dias, a contar de 14 de março, para apresentar a conclusão dos trabalhos. Propostas de emendas justificadas que porventura façam parte do relatório da Comissão serão analisadas pela Assessoria para Assuntos Legislativos da Ajufer e poderão ser apresentadas ao relator da matéria no Congresso Nacional.

➤ Os Juízes Federais Moacir Ferreira Ramos (presidente), Daniele Maranhão Costa Calixto e Adverci Rates Mendes fazem parte da comissão encarregada de realizar estudos e de elaborar a proposta da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região para o anteprojeto da lei complementar que institui o Estatuto da Magistratura Nacional. A proposta deverá ser encaminhada ao Ministro César Peluzo, do Supremo Tribunal Federal. Ele está encarregado de receber e analisar, também em comissão, as sugestões referentes ao anteprojeto de lei.

Servidores empossados no Tribunal

O Presidente Aloísio Palmeira empossou a servidora Liene Pinto, no dia 02 de março, quarta-feira, no cargo de Chefe de Gabinete da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. Estiveram presentes à solenidade o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim, o Diretor-Geral do Tribunal à época, Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e servidores.



O Presidente Aloísio Palmeira ladeado da empossada Liene Pinto e de dirigentes da Casa

A servidora Maria Goretti Caixeta Rassi foi empossada pela Presidenta do Tribunal em exercício Assusete Magalhães no cargo de Assessor Judiciário do Desembargador Federal Leomar Amorim, no dia 04 de março, os servidores José Galvane dos Santos Sousa e Sibonei Soares Ferreira, ambos no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa.



Os empossados, dirigentes e servidores ao lado da Presidenta em exercício Assusete Magalhães

No dia 10 de março, foram empossadas pelo Presidente Aloísio Palmeira as servidoras Verônica Reis Fernandes da Rocha, no cargo de Assessor Judiciário do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Raquel Machado Peres Ricarte, como Assessora Judiciária do Desembargador Federal Ítalo Mendes, e Bianca Barbosa Heringer, no cargo de Assessor Judiciário do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira. Estiveram presentes o Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor-Geral interino Carlos Frederico Maia Bezerra, os Diretores William Santos (Secad) e Alex Amorim (Secre), assessores, dirigentes e servidores.



O Desembargador Federal Luiz Gonzaga e o Presidente prestigiam as empossadas

O Diretor da Divisão de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração, Hélio de Oliveira Cardoso, tomou posse no dia 16 de março, quarta-feira. Participaram do evento na Presidência o Diretor-Geral em exercício, Carlos Frederico Maia Bezerra, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor da Secretaria de Administração, William Santos, além do filho do empossado, Hélio de Oliveira Cardoso Filho.



O Presidente Aloísio Palmeira, o novo diretor, dirigentes e familiares

Nos 16 anos de história do TRF, foi a primeira vez que um servidor do quadro assumiu o mais importante cargo da área de informática. No dia 30 de março, quarta-feira, o servidor Marcos Barbosa, Ex-Diretor da Divisão de Produção do Tribunal (Divip/Secin), foi empossado no cargo de Diretor da Secretaria de Informática. A nomeação reforça a política de valorização do servidor, uma das metas da atual Administração.



O novo diretor da Secin ao lado do Presidente e dirigentes

A servidora Wânia Maríça Vieira foi empossada, no dia 28 de março, pelo Presidente em exercício, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, como Coordenadora da 4ª Turma da Secretaria Judiciária. Participaram da solenidade de posse o Diretor-Geral em exercício, Carlos Frederico Maia Bezerra, o Diretor da Secre, Alex Amorim, dirigentes, servidores, assessores e amigos.



A servidora ao lado do Presidente em exercício, Desembargador Federal Mário César Ribeiro

N Na minha opinião

As idéias e a vida

José Alberto Nunes da Mota
Servidor da SJ-GO

La principiar dizendo que as idéias vão e vêm, como a vida. Cometeria duplo engano. Pelas idéias, porque as que temos agora (nem dá para dizer hoje, mas agora mesmo, agorinha para ser mais preciso), se não aproveitadas, não serão resgatadas em sua inteireza quando resolvermos pô-las em prática. Elas nos virão em outro momento - se vierem! - como que reformadas, reformuladas ou fragmentadas, como a natureza ao se refazer. Não serão mais as mesmas. Serão melhores ou piores, mas outra coisa da coisa primitiva.

Com a vida (são raras as vezes em que usamos a palavra vida no plural, percebem?), é ainda mais insólita a singularidade do que com as idéias. Não falamos em vidas ao nos referirmos a um mesmo ser. A vida não se renova num mesmo ser, como na natureza. Ela nos tem ou nos deixa - e é só, ou tudo, que no fim tudo é nada, como alguém já disse.

Mas, por que me toca essa comparação das idéias com a vida? Ambas têm a coincidência do tal sopro, a inexplicabilidade e o encanto, o mistério e o espanto. Há nelas uma origem como que involuntária por parte daquele que as concebe. Sem mais nem pra quê, o sujeito diz: "me ocorreu o seguinte..." E tudo começa.

E tudo começa? Estou dizendo que as idéias são anteriores à vida e, por conseguinte, a causa dela, vida? De novo a descambar pela eterna e irrespondível pergunta: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? Não, não vai dar certo retomar esse assunto.

Quero mesmo é mexer no mistério, no encanto e espanto dessas duas maravilhas - idéias e vida -, que se fundem e são uma. Se quem concebe algo como produto da imaginação não consegue explicar o tal processo, explica-se pelo mistério da criação. O encanto fica por conta de quem aprecia a coisa pronta. E o espanto? Bem, o próprio criador pode se espantar com as ações e omissões da criatura por ele concebida,

como se espantou o cientista do cogumelo de Yroshima ao ver a tamanha destruição provocada pelo produto de cuja criação ele era o pai.

Mas a idéia é assim: se lhe vem, convém aproveitá-la, que o momento é singular, como singular é a vida. E, se se tem vida, convém ter idéias para exercitá-la. Uma vida sem idéia é uma vida morta, nela e nos outros, porque o que a vida tem de encanto está nos outros e o que está morto nem nela está, assim como o encanto e o espanto, que não estão no que encanta ou se espanta, mas no que sente, no outro, como diria Fernando Pessoa - "sentir, que sintam quem lê." Mas não é. A vida vivida tem de ter sentido. Se não sente, não está vivo, não tem sentimento, sequer tem sentido a vida.

Li alguns fragmentos de entrevistas com escritores. Dentre eles, Carlos Heitor Cony e Josué Montelo. Perguntados por que escrevem, Carlos Heitor Cony respondeu que escreve porque não é feliz; Josué Montelo respondeu que o faz porque tem algo a dizer. Chamei-me mais a atenção a resposta de Josué Montelo. Mas, convenhamos em que quem está feliz torna-se um mero consumidor de tudo a sua volta. Não questiona nada, não reflete, quando muito contempla. Há exceções, como em quase tudo na vida.

Em outra entrevista, o escritor Moacyr Scliar diz que escreve para tentar descobrir o sentido da vida. Parece-me que José Saramago também tem essa preocupação ao escrever. Nesse caso, as idéias vêm depois da vida para justificá-la, para compreendê-la. Parece, nesse ponto, que o questionamento sobre quem teria chegado primeiro, se as idéias ou a vida, perde sentido. Este é, pois, o ponto: tudo pela vida.

Se tiver uma idéia, o instante e o adiante poderão ser diferentes, e isso é que é a vida da gente e na gente.



Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Doença de Chagas



A Doença de Chagas é uma infecção transmissível causada por um parasita que circula no sangue e ataca o coração, bem como órgãos do aparelho digestivo, e que a cada ano tem feito mais vítimas no Brasil e em toda a América Latina.

Recentemente, em Santa Catarina, foram registrados mais 19 casos de pessoas que foram contaminadas. As vítimas haviam ingerido caldo de cana extraído em um quiosque à beira da estrada. Existe a possibilidade de a bebida ter sido contaminada com as fezes do inseto ou de barbeiros terem sido moídos com a cana.

A contaminação – O nome científico da Doença de Chagas é "tripanossomíase americana" ou "brasileira", porque seu causador é um micróbio chamado *Trypanosoma cruzi*. Esse germe vive naturalmente no sangue de alguns animais, principalmente no cão, no gato e nos roedores em geral.

Ao sugar o sangue do animal infectado, o barbeiro contamina-se com o micróbio e aloja-o em seu intestino. A contaminação humana acontece após o barbeiro defecar no momento em que chupa o sangue de sua vítima, quando o micróbio sai das fezes do inseto e entra no organismo pelo tecido cutâneo, penetrando pelo próprio local da picada.

Após contrair a doença, a pessoa infectada pode levar anos para ter seus órgãos lesados, que podem ser os intestinos, o esôfago e até mesmo o coração. Os sintomas nos primeiros dias são amenos, podendo anular-se nos anos seguintes, até as lesões começarem a ocorrer e aparecerem os sintomas da doença na fase crônica.

O barbeiro – O barbeiro, também conhecido como bicho-de-parede, bicho-de-frade, gaudério, procotó, rondão, chupança e fincão, é preto ou acinzentado, com cerca de dois centímetros e manchas vermelhas, amarelas ou alaranjadas ao redor de seu abdome. Em sua fase adulta, apresentam dois pares de asas cuja parte superior compõe-se de uma parte mais endurecida e de outra mais fina, flexível, estando, portanto, o inseto no grupo dos hemípteros.

Os barbeiros são encontrados com grande facilidade nas Américas, desde o sul dos Estados Unidos até o sul da Argentina. Durante o dia, escondem-se nas estruturas de madeira e nas frestas das paredes de barro de casebres e, à noite, saem para se alimentar.

Diagnóstico – Os principais meios para o diagnóstico da Doença de Chagas em sua forma aguda é o exame microscópi-

co de uma gota de sangue do paciente, para a eventual identificação do *Trypanosoma*, ou a biopsia de um gânglio linfático. Na forma crônica, porém, os parasitos tornam-se raros na corrente sanguínea e, então, o diagnóstico deve basear-se em método indireto: verifica-se se o organismo está produzindo anticorpos contra o *Trypanosoma cruzi*. Para isso faz-se uma prova imunológica com o soro sanguíneo do doente, denominada "reação de fixação do complemento para a Doença de Chagas" ou "reação de Guerreiro e Machado", ou de "Machado Guerreiro", como é mais comumente conhecida.

Prevenção – Até agora, a Doença de Chagas não tem cura cientificamente reconhecida. Enquanto os pesquisadores não descobrem um remédio eficaz, o combate à doença tem de limitar-se à prevenção. E até agora o método profilático mais prático tem sido o combate sistemático ao "barbeiro", dificultando ou impedindo sua proliferação nas residências e em seus arredores. As medidas que devem ser tomadas consistem em:

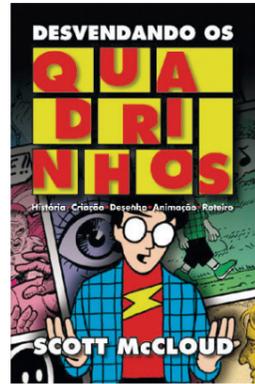
- Evitar a ingestão de sucos naturais e caldo de cana em ambientes ao ar livre, o que pode facilitar o contato com os insetos.
- Manter a casa limpa, varrer o chão, limpar atrás dos móveis e dos quadros, expor ao sol os colchões e cobertores onde costumam esconder-se os barbeiros;
- Retirar ninhos de pássaros dos beirais das casas;
- Impedir a permanência de animais e aves dentro da casa. (As aves não oferecem perigo, pois nunca apresentam o tripanossomo em seu organismo, mas seu sangue serve de alimento para os barbeiros.);
- Construir galinheiros, paiol, tulha, chiqueiro, depósito afastados das casas e mantê-los limpos;
- Encaminhar insetos suspeitos de serem barbeiros para o serviço de saúde mais próximo.

Descoberta da Doença de Chagas – A Doença de Chagas ou tripanossomíase americana foi descoberta pelo médico sanitário Carlos Justiniano Ribeiro das Chagas – Carlos Chagas – em 1909. O brasileiro descobriu a doença e descreveu praticamente todos os seus aspectos. Quando Carlos Chagas realizava uma campanha contra a malária, que atingia operários na construção de um trecho, ao norte de Minas Gerais, da Estrada de Ferro Central do Brasil, ao fazer exames no sangue de uma menina doente, encontrou tripanossomos. Ao examinar posteriormente as fezes de insetos existentes na região e o sangue de animais mamíferos, constatou a presença dos mesmos parasitas. Desta forma, Carlos Chagas pôde descrever o agente causador, o transmissor e o modo de transmissão da doença, esclarecendo os aspectos básicos da epidemiologia.

dicas CULTURAIS



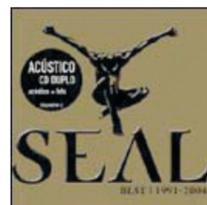
- Livro: Desvendando os quadrinhos
- Autor: Scott McCloud
- Editora: M.Books



Sinopse:
De maneira leve e divertida, o autor, Scott McCloud, conta como definir os elementos básicos dos quadrinhos e como a mente processa sua linguagem. A obra aborda, também, a influência do tempo nas histórias, o que acontece entre um quadro e outro, e a interação entre palavras, figuras e narração. Em "Desvendando Quadrinhos", o autor mostra como as HQs apareceram e conquistaram rapidamente o gosto popular. Ao mesmo tempo, ensina de maneira prática como desenvolver tiras e histórias, criar e trabalhar figuras e personagens. Inteligentemente disfarçado numa história em quadrinhos fácil de ler, o livro de McCloud desvenda a linguagem secreta dos quadrinhos e revela os segredos do tempo, do espaço e da arte.

· Site: www.folhadirigida.com.br
Folha Dirigida Online é um site especializado em concursos, empregos e estágios. Uma ferramenta a mais para quem quer se preparar para enfrentar o mercado de trabalho. A página é dividida em seções de forma clara e objetiva. O internauta pode buscar oportunidades de emprego oferecidas em todo o País, fazer provas de vestibulares e concursos passados além de ter acesso ao noticiário de concursos, que costuma estar atualizado.

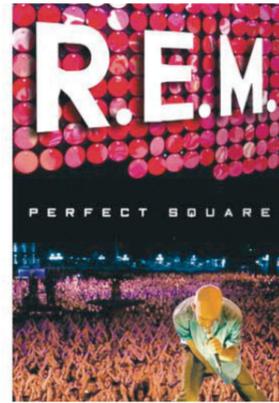
- CD: Seal Best 1991-2004
- Artista: Seal
- Gênero: Pop Internacional
- Gravadora: Warner



Sinopse:
Seal mais uma vez acertou em cheio! Desta vez os fãs vão poder curtir a sua voz doce e marcante em dobro. O cantor reuniu os seus maiores sucessos e os gravou em dois CDs: o primeiro apresenta versões originais das canções que marcaram sua carreira desde 1991 até 2004; o segundo disco traz treze versões acústicas inéditas de clássicos indispensáveis que foram desconstruídos e maravilhosamente remontados. Destaque para os sucessos "Crazy", "Waiting for You" e "Get It Together".

- Vídeo e DVD: Perfect Square
- Banda: R.E.M.
- Gênero: Musical Pop/Rock Internacional

Sinopse:
Perfect Square é o último trabalho do R.E.M lançado em DVD e traz a gravação do show filmado em Wiesbaden, na Alemanha, em julho de 2003. A escolha do repertório foi feita pelos fãs, que votaram nas canções que gostariam de ouvir interpretadas pela banda durante o espetáculo. Isso explica a presença de raridades há muito não apresentadas em shows dos R.E.M. como *Permanent Vacation* ou *Maps and Legends*. Não faltou, é claro, os maiores sucessos como, *Losing My Religion*, *Everybody Hurts*, *Man On The Moon*, *The One I Love* e *Imitation of Life*. Esse show é histórico e extremamente empolgante!



Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

- Marque a afirmativa condizente com a lógica gramatical:
- Devemos empregar a crase em todas as locuções adverbiais formadas por palavras femininas, como "à vista", "à distância", "à mão", "à faca".
 - A locução adverbial "a vista" não pode jamais receber o acento grave, indicando-se a crase, pois nela somente existe a preposição, e sabemos disso porque, quando a substituímos por masculina, nos deparamos com "a prazo", e não com "ao prazo".
 - O mais acertado em relação à locução adverbial "a vista" é analisar o contexto em que está inserida para saber se ele gera ambigüidade, situação que nos leva a usar o acento grave com o fim de eliminar o duplo sentido. Exemplo: "Ele comprou à vista." (O acento grave foi empregado para que não tenhamos possibilidade de interpretar a frase de forma a considerar a expressão "a vista" objeto direto do verbo "comprar".)
 - O vocábulo "vista" tem diferentes significações, podendo funcionar como objeto direto, caso em que devemos marcar a existência da crase.
 - É impossível saber se existe ou não crase antes de "vista", por isso devemos indicá-la sempre, mesmo em frases como "Ele comprou a vista, e não a prazo.", em que não há duplicidade de sentido.

Resposta: c

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 31/01/05)

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	2.605.953,43		2.605.953,43
2 - Creche	451.365,02		451.365,02
3 - Auxílio Transporte	34.414,43		34.414,43
4 - Programa Qualidade de Vida		21.784,20	21.784,20
Subtotal I	3.091.732,88	21.784,20	3.113.517,08
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	70.620,10	136.089,65	206.709,75
2 - Exames Laboratoriais	43.994,72	84.780,77	128.775,49
3 - Exames Radiológicos	36.681,31	70.687,34	107.368,65
4 - Internações	188.034,57	362.355,20	550.389,77
5 - Psicologia	23.654,30	45.583,43	69.237,73
6 - TFD		5.626,00	5.626,00
7 - Outras	129.870,12	250.268,42	380.138,54
Subtotal II	492.855,12	955.390,81	1.448.245,93
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	23.711,44	45.693,53	69.404,97
2 - Prótese Dentária	24.968,43	48.115,84	73.084,27
3 - Periodontia	6.227,82	12.001,43	18.229,25
4 - Radiologia	6.456,37	12.441,85	18.898,22
5 - Endodontia	3.371,02	6.496,19	9.867,21
6 - Outras	13.769,78	26.535,28	40.305,06
Subtotal III	78.504,86	151.284,12	229.788,98
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus		152.303,55	152.303,55
2 - Seguro de Vida		25.930,60	25.930,60
3 - Passagens e Hospedagem (TFD)		3.303,80	3.303,80
4 - Outras		10.085,10	10.085,10
Subtotal IV		191.623,05	191.623,05
Total Geral	3.663.092,86	1.320.082,18	4.983.175,04

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2005)

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL	DESPESAS	SALDO
Saldo Dez/04		1.467.095,00		1.467.095,00						12.345.288,86		12.345.288,86
jan/05	1.467.095,00		571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93
fev/05												
mar/05												
abr/05												
mai/05												
jun/05												
jul/05												
ago/05												
set/05												
out/05												
nov/05												
dez/05												
TOTAL 2005		1.467.095,00	571.359,98	895.735,02		1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	14.439.537,11	1.320.082,18	13.119.454,93

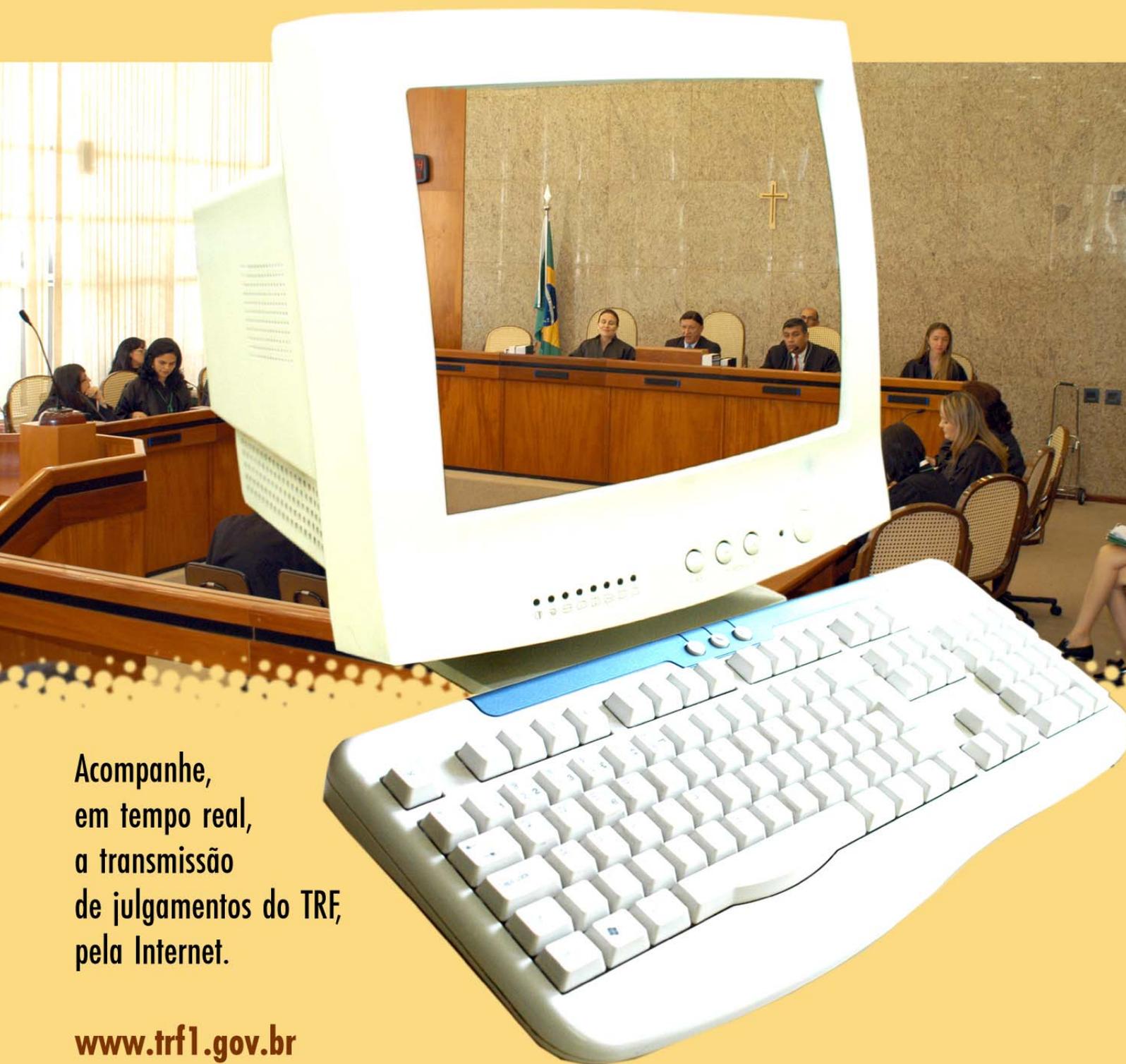
FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/03" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outras = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

SIDJOR

Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística



Acompanhe,
em tempo real,
a transmissão
de julgamentos do TRF,
pela Internet.

www.trf1.gov.br

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Aproximando do Poder Judiciário o cidadão